



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**IMPORTÂNCIA DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
AOS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVATES PARA FUTURA
COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA NA APOSENTADORIA**

Ismael Roberto Fischer

Lajeado, outubro de 2017



Ismael Roberto Fischer

**IMPORTÂNCIA DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR AOS
UNIVERSITÁRIOS DA UNIVATES PARA FUTURA
COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA NA APOSENTADORIA**

Monografia apresentada na disciplina de Estágio Supervisionado II, do curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Dr. Samuel Martim de Conto

Lajeado, outubro de 2017

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que objetivou demonstrar como os graduandos da Universidade do Vale do Taquari - Univates se posicionam em relação à contribuição de plano de previdência complementar para a futura complementação de renda, e aos que não realizam, porque não o fazem, e quais os tipos de investimentos que estão realizando. Para a realização deste estudo, o método utilizado teve abordagem quantitativa, tendo seus resultados obtidos por meio de uma pesquisa realizada no segundo semestre de 2017, com 249 graduandos de 11 cursos da Universidade do Vale do Taquari – Univates. Através dos resultados, pôde-se identificar que apenas 15,26% dos alunos contribuem para algum plano de Previdência Privada, e que aqueles que não contribuem, alegam a falta de informações e condições financeiras os principais motivos para não terem aderido a algum plano. Constatou-se ainda, que aos que não contribuem para um plano previdenciário privado, um alto índice acredita que sua aposentadoria não está assegurada pelo atual sistema Previdenciário Social, relatando o principal motivo a má gestão e corrupção dos recursos administrados pelo sistema.

PALAVRAS CHAVES: Aposentadoria. Previdência complementar. Planejamento financeiro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da quantidade de concessão de benefícios	16
Gráfico 2 - Total de benefícios em 2014 por região	17
Gráfico 3 - Grupos de espécies – Benefícios concedidos 2014	18
Gráfico 4 - Sexo	52
Gráfico 5 - Você contribui para algum plano de Previdência Privada?	54
Gráfico 6 - Qual a característica do plano que adquiriu?	55
Gráfico 7 - Qual a modalidade do plano que adquiriu?	56
Gráfico 8 - Qual a modalidade do plano que adquiriu?	57
Gráfico 9 - Qual a sua contribuição mensal para o plano?	57
Gráfico 10 - Qual o motivo pelo qual você adquiriu um plano de Previdência Privada?	58
Gráfico 11 - Até o momento, por que você não adquiriu um plano de Previdência Privada?	59
Gráfico 12 - Você acredita que sua aposentadoria está assegurada pela Previdência Social?	60
Gráfico 13 - Quais os motivos que levam a crer que não está assegurada?	61
Gráfico 14 - Qual o tipo de investimento que você está realizando para futura complementação de renda?	62
Gráfico 15 - Qual o principal motivo que o levaria a adquirir a um plano de Previdência Privada?	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Composição da Previdência Privada	21
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de Investimento	40
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Esperança de vida ao nascer projetada 2020/2030	19
Tabela 2 - Tabela Progressiva Mensal.....	34
Tabela 3 - Tabela Regressiva	35
Tabela 4 - Simulação PGBL masculino.....	36
Tabela 5 - Simulação PGBL feminino	36
Tabela 6 - Idade	51
Tabela 7 - Renda.....	52
Tabela 8 - Curso que frequenta.....	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Problema de pesquisa	10
1.2	Objetivos.....	10
1.2.1	Objetivos gerais	11
1.2.2	Objetivos específicos.....	11
1.3	Delimitação do estudo	11
1.4	Justificativa.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Previdência Social.....	13
2.1.1	Definição	14
2.1.2	Princípios	15
2.1.3	Benefícios	16
2.1.4	Crise da Seguridade Social	19
2.2	Previdência Privada	20
2.2.1	Entidades	21
2.2.2	Entidades fechadas de previdência complementar	22
2.2.3	Entidades abertas de previdência complementar	23
2.2.4	Regulamentação das Entidades Fechadas	24
2.2.4.1	Conselho Nacional de Previdência Complementar	24
2.2.4.2	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	24
2.2.5	Regulamentação das Entidades Abertas	25

2.2.5.1 Conselho Nacional de Seguros Privados.....	25
2.2.5.2 Superintendência de Seguros Privados.....	27
2.3 Tipos de planos	28
2.3.1 Benefício Definido	28
2.3.2 Contribuição Definida	29
2.3.3 Contribuição Variável.....	29
2.3.4 Plano Gerador de Benefício Livre	30
2.3.5 Vida Gerador de Benefício Livre	31
2.4 Benefícios	31
2.5 Legislação.....	32
2.5.1 Lei Complementar Nº 109/ 01	32
2.6 Investimentos/Demanda	33
2.7 Planejamento Financeiro	37
2.8 Planejamento Financeiro Pessoal	37
2.9 Educação Financeira.....	38
2.10 Tipos de Investimento.....	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
3.1 Tipo de pesquisa.....	42
3.1.1 Quanto aos objetivos	42
3.1.2 Quanto a natureza da abordagem.....	43
3.1.3 Quanto aos procedimentos técnicos.....	43
3.1.4 Pesquisa bibliográfica	43
3.1.5 Levantamento de campo (<i>survey</i>)	44
3.1.6 Unidade de análise/população alvo	44
3.1.7 Pré-teste do questionário	45
3.2 Plano de coleta de dados	45
3.3 Plano de análise de dados	46
3.4 Limitações do método	47
4 CARACTERIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES	48
4.1 Missão.....	49
4.2 Princípios.....	49

4.3 Visão.....	49
4.4 Organização em números.....	49
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	51
5.1 Perfil do Graduando.....	51
5.2 Características do Plano de Previdência Privada	54
5.3 Questionamentos aos graduandos que não tem um Plano de Previdência Privada	59
5.4 Sugestões a partir dos resultados	64
5.4.1 Educação Financeira.....	64
5.4.2 Empresas	64
5.4.3 Responsabilidade Social	65
6 CONCLUSÕES	66
REFERÊNCIAS.....	68
APÊNDICE.....	73

1 INTRODUÇÃO

Com a atual normativa previdenciária em alta na mídia, verifica-se que futuras aplicações de melhorias devem ser adotadas por parte do Governo Federal, agente público, que é responsável pelas definições da seguridade social no Brasil, a fim de dar continuidade a este sistema, que auxilia contribuintes ativos em momentos de incapacidades laborais, sendo uma das principais a aposentadoria.

O debate da solidez do atual Sistema Público, ganha maior notoriedade a partir de dados apresentados pelo Regime Geral da Previdência Social - RGPS, responsável pelas políticas sociais, sendo posteriormente executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, relacionando o registro do déficit da Previdência Social em R\$ 159,9 bilhões no ano de 2016, 59,7% maior em relação ao ano anterior, tendo um dos principais motivos que levam a estes números o envelhecimento populacional em relação a taxa de natalidade.

Os sistemas de Previdência hoje adotados no Brasil, são constituídos pelo regime Social e Privado, sendo o primeiro de caráter contributivo e de filiação obrigatória, e o Privado, tendo como objetivo a complementação da renda, sendo de caráter facultativo para o trabalhador e subdivididos em duas categorias: Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, que se constituem a partir de empresas, entes públicos, ou até mesmo associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, que formalizam coparticipações em depósitos mensais nesta aplicação, e as Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC, representadas por entidades com fins lucrativos, que beneficiam a qualquer pessoa física a optar por uma complementação no momento de sua aposentadoria.

A Previdência Privada garante um aporte financeiro extra no momento da cessação do vínculo de contribuinte ativo com a Previdência Social, a fim de auferir um aumento no poder aquisitivo do indivíduo que optou em aderir a um plano complementar, portanto, as tratativas que irão relatar o presente trabalho, visa apresentar os principais Planos de Previdência Privada disponíveis atualmente no mercado, levando em consideração as vantagens e desvantagens por elas apresentadas e o atual cenário da Previdência Social em que se encontra.

1.1 Problema de Pesquisa

O objeto de pesquisa do presente trabalho visa destacar a importância aos jovens em adquirir um plano de previdência complementar, a fim de adicionar uma renda extra no momento da aposentadoria, tendo em vista o atual cenário em que o Sistema de Previdência Pública se encontra.

Com as atuais Reformas Previdenciárias previstas pelo governo, atenuamos a um aumento próspero na busca desta complementação de renda, ocorrendo assim uma sinalização de potencialidade neste mercado.

Usando o atual Sistema Previdenciário e suas futuras mudanças, é questionado aos graduandos da Univates: “Quais as atitudes que os alunos estão tomando para a complementação de renda na aposentadoria?”

1.2 Objetivos

Quanto aos objetivos, logo abaixo, estão discriminados o objetivo geral e específicos do presente trabalho.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é identificar como os graduandos da Universidade do Vale do Taquari - Univates se posicionam em relação à contribuição de plano de previdência complementar para a futura complementação de renda.

1.2.2 Objetivos Específicos

Apresentar o desenvolvimento dos planos de previdência complementar no Brasil;

Demonstrar a atual situação da Previdência Social e os principais tipos de planos previdenciários complementares;

Identificar junto aos graduandos da Univates que não realizam a contribuição a um plano previdenciário complementar, porque não o fazem;

Verificar os tipos de investimentos que os graduandos da Univates estão realizando para futura complementação de renda.

1.3 Delimitação do estudo

O estudo limitou-se a verificar a adesão dos graduandos da Universidade do Vale do Taquari - Univates, instituição do estado do Rio Grande do Sul, em um Plano de Previdência Complementar, bem como a demonstração dos planos disponíveis no mercado, sendo o período de análise do objeto de pesquisa no ano de 2017.

1.4 Justificativa

O presente trabalho visa proporcionar uma sinalização no âmbito da complementação de renda na fase de descanso da população, a aposentadoria. O

tema proposto foi escolhido com o intuito de apresentar o funcionamento da previdência complementar no Brasil, tendo o foco os jovens graduandos da Univates

A pesquisa na área da previdência complementar é relevante, e se torna uma base para os futuros graduandos, para assim, auxiliarem na formação de uma opinião na hora dos investimentos pessoais a serem realizados a longo prazo.

Segundo pesquisa realizada recentemente pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi, 2016) e pelo instituto Ipsos mostra que 62% dos entrevistados acreditam que possíveis mudanças na previdência social devem dificultar o pedido de aposentadoria no Brasil, portanto, para se prevenir de uma possível “falência” do sistema atual da seguridade pública, grande parte da população acaba por aderir a um sistema secundário da futura remuneração.

Outra situação desfavorável para a aposentadoria pública, seria o teto proposto, assim, o contribuinte de padrão elevado, deve optar por uma previdência complementar, para poder manter esse padrão adquirido durante o período de contribuinte ativo da seguridade pública.

Este estudo também é relevante para o autor, em virtude da busca do conhecimento mais aprofundado na área, por ocasião da contribuição que já é realizada para a futura complementação de renda.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a realização da presente pesquisa, a fundamentação teórica visou complementar e aprofundar os conhecimentos aplicados para obtenção dos resultados, sendo assim, a busca pelas informações em materiais disponibilizados na biblioteca e internet, foram de suma importância para atingir os objetivos propostos.

2.1 Previdência Social

Ao longo da evolução da sociedade, verificou-se a necessidade em atender a cada dia, demandas da população para a subsistência destes em relação a carência que o Estado deixava. Para obtenção do mínimo de subsistência, a Seguridade Social veio para preencher esta lacuna, tendo uma das primeiras legislações Previdenciárias, ligadas aos funcionários dos Correios, que em 26 de março de 1888, pelo Decreto nº 9.912-A, regulamentou o direito a aposentadoria destes funcionários, determinando um período de 30 anos de exercício na função e idade mínima de 60 anos para a obtenção do direito (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2017).

A criação dos Fundos de Pensões dos funcionários das Oficinas de Imprensa Nacional, se deu pelo Decreto nº 10.269, formalizado em 20 de julho de 1889, tendo logo após, em 1890, a institucionalização da aposentadoria a todos os ferroviários do Brasil. Meados de 1892, com a Lei nº 217/1892, houve a instituição da

aposentadoria por invalidez e pensão por morte aos operários do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2017).

Um dos marcos da criação da Previdência Social, a Lei Elói Chaves, Decreto nº 4.682, de 1923, realizou a criação de um Caixa de Aposentadoria e Pensões aos colaboradores de empresas ferroviárias, sendo que nos anos posteriores, este regime se estendeu-se a outros setores da economia brasileira (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2017).

De acordo com Leite (*apud* RAMOS, 2005, p.13):

A seguridade social traduz a ideia de tranquilidade, sobretudo no futuro, que a sociedade deve garantir aos seus membros. É um conjunto de medidas com as quais o Estado, agente da sociedade, procura atender à necessidade que o ser humano tem de segurança na adversidade, de tranquilidade quanto ao dia de amanhã.

Com o passar dos anos, as leis previdenciárias foram sendo a cada ano ampliadas, gerando assim aperfeiçoamento no sistema que tem como principais objetivos, o de beneficiar os contribuintes em momentos de incapacidade laboral, aposentadoria, desemprego involuntário, benefícios sociais, auxílios aos beneficiários economicamente dependentes em momentos de reclusão ou morte do contribuinte.

Com a institucionalização da Constituição Federal de 1988, a Previdência Social foi declarada como um Direito Social para os contribuintes em seu Art. 6º, onde relata pela nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

2.1.1 Definição

A Previdência Social visa constituir ao contribuinte ou seus beneficiários, direitos adquiridos para o recebimento de proventos que mantem estes em momentos da incapacidade laborativa, ocorridos por situações planejadas, sejam

elas a aposentadoria por tempo de serviço, ou por idade, ou até mesmo, situações repentinas, em casos de doenças, morte ou até mesmo invalidez do contribuinte.

A regulamentação da Previdência Social, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 201, relata:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

- I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

Portanto, a esta segurança que o Estado aplica aos contribuintes, a junção da Assistência Social e Previdência Social, chamamos de Segurança Social, que visa a utilização entre as entidades e pessoas, em uma estrutura, controlada e orientada pelo Estado, com objetivos definidos para auxiliar em eventuais incapacidades da vida do contribuinte, onde ocorre a perda de poder aquisitivo e subsistência, tendo como consequências o sustento da família (PÓVOAS, 2007).

Para a operacionalização de todo o sistema previdenciário no Brasil, compete ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, órgão que foi criado em 27 de junho de 1990, com a fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, ficando a cargo da prestação dos serviços previdenciários para a população brasileira (AMADO, 2015).

2.1.2 Princípios

Conforme Constituição Federal de 1988, para garantir a amplitude do assistencialismo social, a definição de Seguridade Social é destacada em:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;

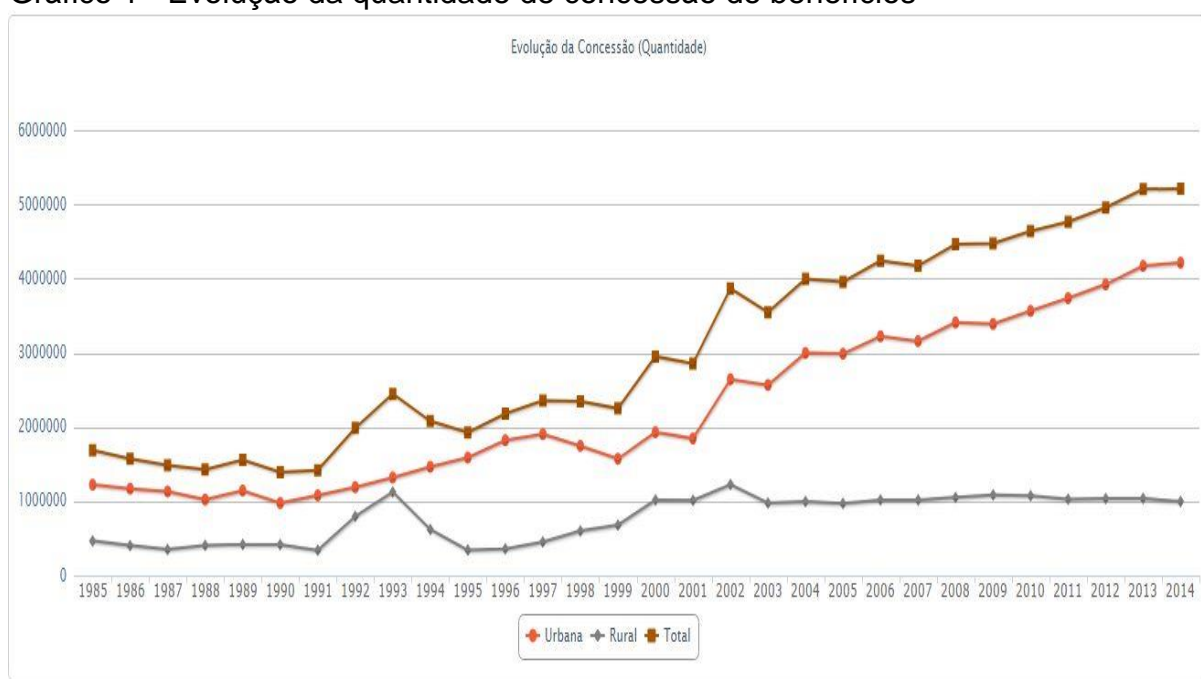
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - eqüidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Portanto, a subsistência do grupo familiar, no âmbito social, requer o auxílio do Estado, e define o papel que o mesmo produz diante da sociedade, gerando proteção e dignidade em situações de incapacidade do contribuinte.

2.1.3 Benefícios

Conforme o Ministério da Previdência Social, os contribuintes e seus beneficiários contam com benefícios e serviços prestados em momentos de dificuldade, sendo eles, o auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão, pensão por morte, salário-família, salário-maternidade, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por invalidez.

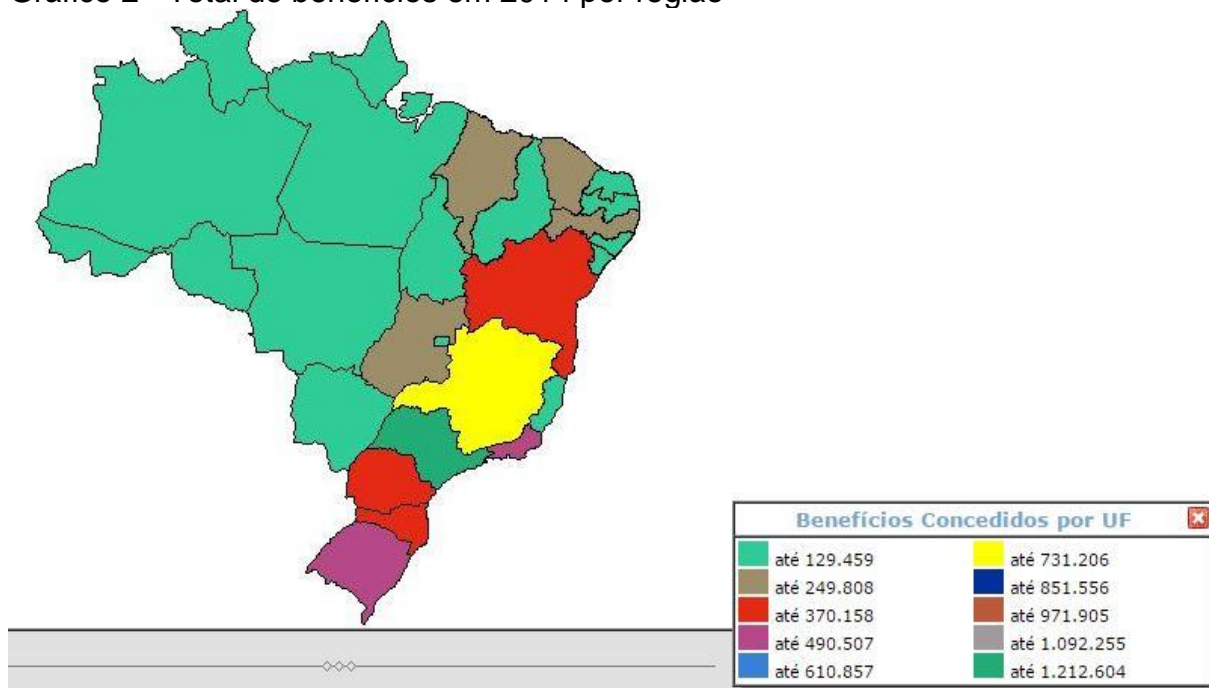
Gráfico 1 - Evolução da quantidade de concessão de benefícios



Fonte: Previdência Social (2017).

Conforme Gráfico 1, podemos verificar que os benefícios concedidos pela Previdência Social, estão em constante crescimento, sendo que no ano de 2004 o número total de benefícios foi de 3.993.529, e após 10 anos, em 2014, este número chegou a 5.211.030, atenuando a um acréscimo de 130,49 %, em total de benefícios concedidos pela Previdência Social.

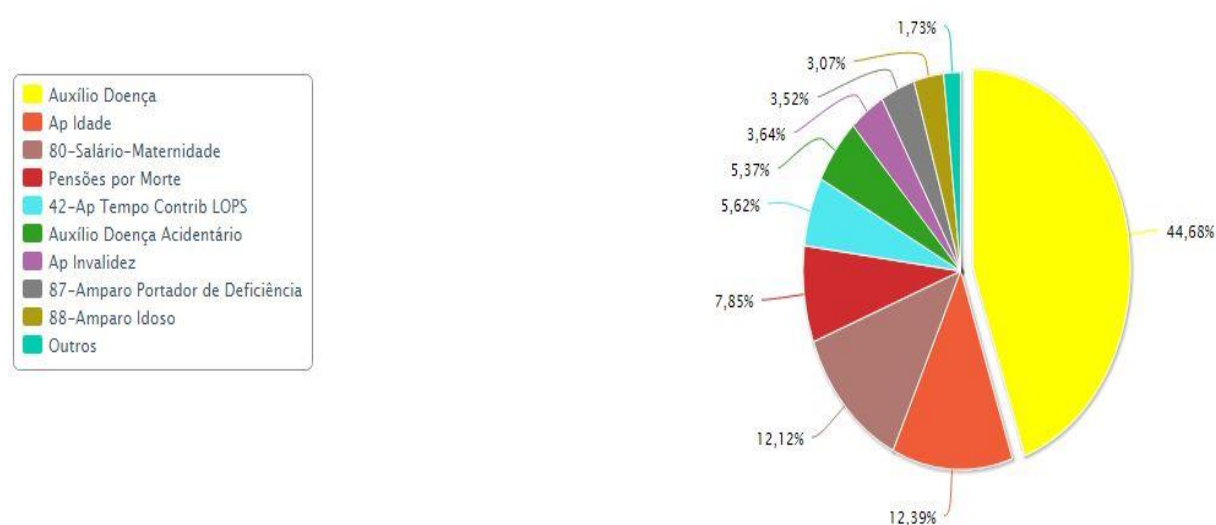
Gráfico 2 - Total de benefícios em 2014 por região



Fonte: Previdência Social (2017).

Conforme Gráfico 2, a região do Brasil que concentra o maior número de benefícios em 2014, é a região Sudeste, que conta com um total de 2.345.871 benefícios concedidos.

Gráfico 3 - Grupos de espécies – Benefícios concedidos 2014



Fonte: Previdência Social (2017).

A composição das quantidades de espécies de benefícios em 2014, é demonstrada no Gráfico 3, tendo a aposentadoria por idade ficado na segunda colocação em números de solicitações concedidas, com o total de 645.687, ficando atrás, somente, do auxílio-doença, com impressionantes 2.328.151 benefícios concedidos.

Para que ocorra a distribuição dos benefícios, o Governo adota no Regime Geral da Previdência Social – RGPS, o sistema previdenciário de repartição simples, que visa a obtenção dos proventos, principalmente das aposentadorias, de pessoas que estejam ativas em suas atividades laborais.

Segundo Weintraub (2003, p. 23):

O Regime Geral da Previdência Social pressupõe que quem está trabalhando paga os benefícios dos aposentados e pensionistas atuais. Logo, as gerações vindouras suportarão as aposentadorias da geração de agora. Este regime está fundamentado, portanto, numa situação demográfica de significativa reposição populacional, na qual a base da pirâmide etária será sempre proporcionalmente mais larga que o vértice.

Neste Regime, o valor que os contribuintes ativos realizam, acometem em realizar o pagamento de beneficiários que obtiveram seus direitos adquiridos, em um mesmo período de tempo (RAMOS, 2005).

2.1.4 Crise da Seguridade Social

As constantes divulgações pelo Ministério da Previdência Social em relação ao sistema deficitário em que se encontra o modelo atual de distribuição de benefícios concedidos pela Instituição, eleva a cada dia, a preocupação da população quanto a geração de benefícios no futuro, sendo a aposentadoria o motivo de maior instigação perante a sociedade.

De acordo com Netto (*apud* CASTRO; LAZZARI, 2014), destaca os principais motivos pelos quais a crise no sistema atual previdenciário acabou se desencadeando, dentre elas, a longevidade em que a população está chegando, as mudanças no cenário atual do mercado de trabalho e situações de má gestão que visam, muitas vezes, a captação de recursos por meio de corrupção.

Em virtude do Sistema atual da Seguridade Social se realizar por meio do método de repartição simples, onde atenua ao contribuinte ativo a realização da sustentação em relação ao contribuinte que irá receber o benefício, as taxas de fecundidade apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, demonstram que nas décadas de 1950 e 1960, a média de filhos por mães, era de 6,2, sendo que em 2013, esta média já havia caído para 1,7 por mulher.

Outra importante informação apresentada pelo IBGE, conforme Tabela 1, mostra a relação da projeção do envelhecimento da população ao nascer, que em 2010, apresentava os resultados de mortalidade estimados no Brasil em 73,9 anos para a média geral, sendo 70,2 anos aos homens, e a expectativa das mulheres em 77,6 anos. Projeções para 2030, demonstram a idade média da população em 78,6 anos, visando expectativas de 75,3 anos para os homens e 82,0 anos para as mulheres.

Tabela 1 – Esperança de vida ao nascer projetada 2020/2030

Unidades da Federação	Esperanças de vida ao nascer					
	Projetada					
	2020			2030		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	76,7	73,3	80,3	78,6	75,3	82,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017).

Chan, Silva e Martins (2006, p. 7), destacam que “[...] o envelhecimento da população contribui para a redução do número de contribuintes e para o aumento do número de beneficiários, cujo equilíbrio era o pressuposto básico do sistema de repartição simples”.

Para Stephanes (*apud* CASTRO; LAZZARI, 2014), outros fatores importantes dos déficits previdenciários ocorrem por sonegações de contribuições sociais, sendo que as devidas recuperações deixam de retornar para os cofres públicos, muito em virtude dos débitos prescreverem ou alcançarem a decadência.

Para Maia (*apud* CHAN; SILVA; MARTINS, 2006, p. 11):

O que decorre de tudo isso [decadência da previdência social] é a incerteza da população quanto aos benefícios futuros de aposentadoria a serem recebidos, haja vista as dificuldades financeiras em que se encontra a previdência social. Caso seja assegurada a previdência oficial com as atuais reformas e reestruturações, a necessidade de se ter uma renda complementar persiste, à medida que o achatamento contínuo dos parâmetros dos benefícios com a aposentadoria passa a comprometer a manutenção da qualidade de vida.

Portanto, o direito do contribuinte em relação aos benefícios sociais, acometem em realizar os devidos acompanhamentos pelos institutos de estatísticas sobre a seguridade social, somado as cobranças para que haja a devida alocação dos recursos previdenciários para a manutenção do sistema atual.

2.2 Previdência Privada

A representatividade da Previdência Privada se deu muito em virtude da preocupação da população em auferir renda extra no momento da aposentadoria.

Segundo Ramos (2005, p. 23):

A Previdência Privada nasceu com a finalidade de garantir mais proteção à sociedade. Visa ao seu desenvolvimento econômico e social, por meio da capitalização de seus recursos, buscando o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

A Previdência Privada conta com a amplitude de gerar uma complementação de renda, no momento em que o contribuinte da Previdência Social cessa sua

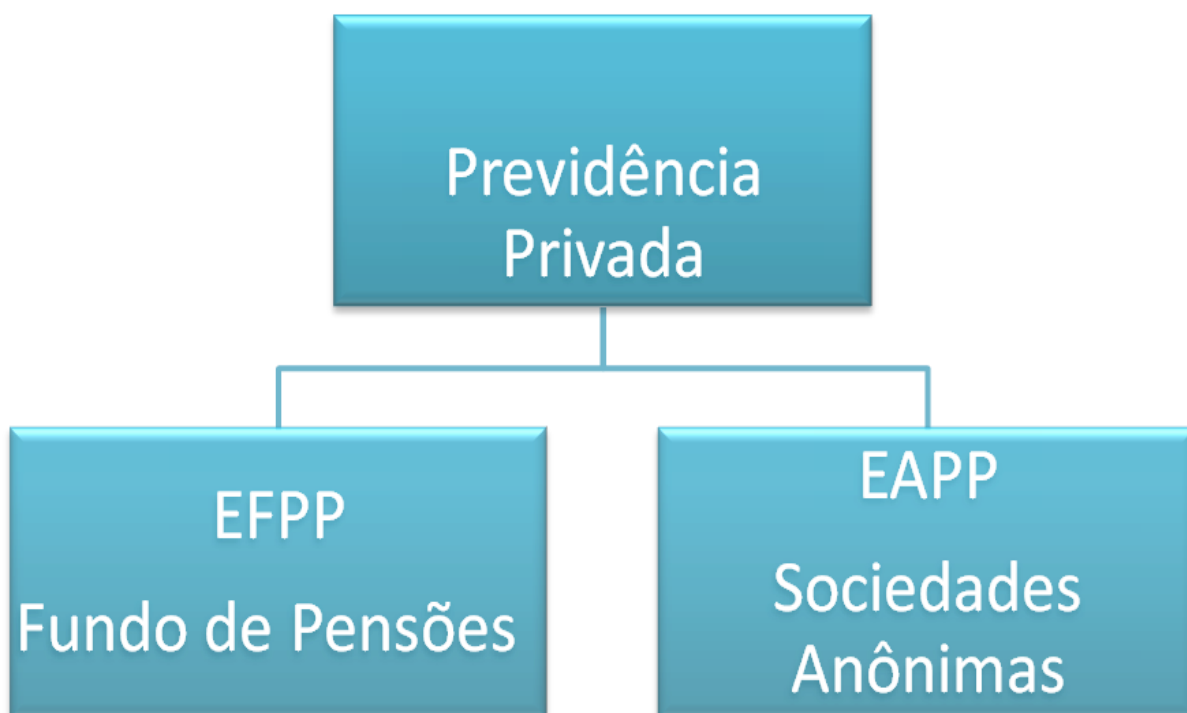
contribuição obrigatória, a fim de iniciar seu momento de descanso de suas atividades laborais.

Conforme o que prevê a Constituição Federal de 1988, a Previdência Privada é de caráter complementar e facultativo, sendo organizado de forma autônoma do Regime Geral da Previdência Social.

2.2.1 Entidades

A Previdência Privada é composta por Entidades de Previdência Fechada (EFPP) e Entidades de Previdência Aberta, estruturada da seguinte forma:

Figura 1 – Composição da Previdência Privada



Fonte: ANAPP (2017).

Para a adesão de um plano em uma Entidade Aberta, qualquer pessoa pode realizar a contratação, sendo os planos das Entidades Fechadas, destinadas a grupos fechados, como por exemplo, o de empresas ou associações.

Para compreender melhor esta seção, na sequência, definem-se as Entidades Abertas e Fechadas de Previdência Complementar.

2.2.2 Entidades fechadas de previdência complementar

A constituição de Entidades Fechadas de Previdência Privada se deve pelas contribuições de trabalhadores, em conjunto com pessoas jurídicas, que contemplem relação empregatícia, produzindo assim, no futuro, renda extra para a geração de uma qualidade de vida superior no momento da aposentadoria.

Segundo Weintraub (2003, p.37):

O Sistema de Previdência Privada fechada se baseia na contribuição conjunta do participante (trabalhador) e da patrocinadora (pessoa jurídica que possui vínculo empregatício com o trabalhador) em parte pré-estabelecidas que devem ser capitalizadas via diversos ativos do mercado de capitais, para que em um futuro programado, e de acordo com regras definidas para cálculo da suplementação de aposentadoria, proporcione ao ex-trabalhador, agora inativo, uma renda que o ampare na velhice. A contribuição da empresa consiste num incentivo aos empregados, que poderão contar com a manutenção do seu padrão de vida quando da inatividade.

Segundo Ramos (2005), a realização dos planos se dá, a partir de empresas, estatais ou privadas, sendo estas denominadas patrocinadoras. Entidades profissionais, classistas e setoriais designadas instituidoras. Sendo os empregados e associados destas empresas e instituições, com autonomia e de caráter opcional em aderir ao plano designados de participantes. Entidades fechadas, como o próprio nome diz, restringe o ingresso de participantes pelos membros das patrocinadoras, visando a complementação da aposentadoria pela previdência social.

Weintraub (2003, p. 119), relata a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar:

As Entidades Fechadas de Previdência Privada têm a rentabilidade de seus planos obtida pelos seus Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, e por suas carteiras de renda fixa e renda variável. É possível aplicar esses recursos da seguinte forma:

- *Segmento de renda fixa;
- *Segmento de renda variável;
- *Segmento de imóveis;
- *Segmento de empréstimos e financiamentos.

Portanto, a criação, geralmente gerida pela área de recursos humanos de um plano de previdência privada propicia aos colaboradores uma segurança e renda extra no momento da dependência dos proventos da previdência social.

2.2.3 Entidades abertas de previdência complementar

As Entidades abertas de previdência complementar, visam demonstrar as pessoas físicas, planos individuais ou coletivos de benefícios de caráter previdenciário.

A Lei Complementar Nº 109/2001, em seu Art. 36, define as entidades abertas de previdência complementar:

Art. 36. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. Parágrafo único. As sociedades seguradoras autorizadas a operar exclusivamente no ramo vida poderão ser autorizadas a operar os planos de benefícios a que se refere o caput, a elas se aplicando as disposições desta Lei Complementar.

Em seu Art. 26, da Lei Complementar Nº 109/2001, os planos de benefícios disponibilizados se dividem em individuais e coletivos:

Art. 26. Os planos de benefícios instituídos por entidades abertas poderão ser: I - individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas; ou II - coletivos, quando tenham por objetivo garantir benefícios previdenciários a pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante.

A disponibilização de planos de benefícios individuais e coletivos, se deve pelas entidades abertas, sendo a adesão dos planos individuais acessíveis por pessoas físicas. E dos planos coletivos, sendo possível, a destinação para pessoas físicas com algum vínculo a uma pessoa jurídica, que possa ou não auxiliar no custeio integral ou parcial do plano (RAMOS, 2005).

Para Weintraub (2003, p. 34), “[...] nas entidades abertas, a participação não depende, tampouco é condicionada à existência de um vínculo empregatício anterior”.

Portanto, o participante é que determinará o valor de sua contribuição mensal, e tempo que irá contribuir, para futuramente, de acordo com o plano aderido, realizar o resgate do seu benefício.

2.2.4 Regulamentação das Entidades Fechadas

A Regulamentação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar é de responsabilidade do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, sendo a aprovação, supervisão e fiscalização das atividades das EFPC, a cargo da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

2.2.4.1 Conselho Nacional de Previdência Complementar

A regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar se deu pelo Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010, tendo como função regular o regime de previdência complementar (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2017).

2.2.4.2 Superintendência Nacional de Previdência Complementar

Segundo o Ministério da Fazenda (2017), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, foi proposta para fins de fiscalização e supervisão relativas a entidades fechadas de previdência complementar, tendo como principal objetivo a execução das políticas para estas entidades.

As competências da PREVIC, segundo o Decreto nº 8.992/2017, são:

- I - proceder à fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e das suas operações;
- II - apurar e julgar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis;
- III - expedir instruções e estabelecer procedimentos para a aplicação das normas relativas à sua área de competência;
- IV - autorizar: a constituição e o funcionamento das entidades fechadas de previdência complementar e a aplicação dos respectivos estatutos e dos regulamentos de planos de benefícios; as operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, relativas às entidades fechadas de previdência complementar; a celebração de convênios e termos de adesão por patrocinadores e instituidores e as retiradas de patrocinadores e instituidores; e as transferências de patrocínio, grupos de participantes e assistidos, planos de benefícios e reservas entre entidades fechadas de previdência complementar;
- V - harmonizar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar com as normas e as políticas estabelecidas para o segmento;

VI – decretar intervenção e liquidação extrajudicial das entidades fechadas de previdência complementar e nomear interventor ou liquidante, nos termos da lei;

VII - nomear administrador especial de plano de benefícios específico, podendo atribuir-lhe poderes de intervenção e liquidação extrajudicial, na forma da lei;

VIII - promover a mediação e a conciliação entre entidades fechadas de previdência complementar e entre as entidades e seus participantes, assistidos, patrocinadores ou instituidores, bem como dirimir os litígios que lhe forem submetidos na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;

IX - enviar relatório anual de suas atividades ao Ministério da Fazenda e, por seu intermédio, ao Presidente da República e ao Congresso Nacional; e adotar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos.

Portanto, a criação de instituições de regulamentação das entidades fechadas, visa a dar maior credibilidade e fortalecimento para a previdência complementar.

2.2.5 Regulamentação das Entidades Abertas

Segundo o Banco Central do Brasil (2017), para regulamentação e fiscalização das entidades abertas de previdência complementar, ficam a cargo do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

2.2.5.1 Conselho Nacional de Seguros Privados

Criado pelo Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, tinha como principal objetivo o de dar diretrizes e normas da política governamental para os Seguros Privados e Capitalização, sendo, posteriormente, com a Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, incluído as atribuições às Entidade Abertas de Previdência Privada.

Conforme Art. 7 do Decreto nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978, as competências do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP visam:

Art. 7º - Compete, privativamente, ao CNSP, como órgão normativo:

I - fixar as diretrizes e normas da política a ser seguida pelas entidades abertas de previdência privada;

- II - regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização de quantos exerçam atividades subordinadas a este capítulo, bem como a aplicação das penalidades cabíveis;
 - III - estipular as condições técnicas sobre custeio, investimentos, correção de valores monetários, e outras relações patrimoniais;
 - IV - estabelecer as características gerais para os planos de pecúlios ou de rendas, na conformidade das diretrizes e normas de política fixadas;
 - V - estabelecer as normas gerais de contabilidade, atuária e estatística a serem observadas;
 - VI - conhecer dos recursos interpostos de decisões da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;
 - VII - disciplinar o processo de cobrança e fixar o valor de comissões de qualquer natureza para a colocação de planos;
 - VIII - prescrever os critérios de constituição de reservas técnicas e fundos especiais;
 - IX - estabelecer as normas gerais e técnicas para elaboração de planos de operações;
 - X - opinar na elaboração das diretrizes do Conselho Monetário Nacional sobre a aplicação do Capital e das Reservas Técnicas e fundos especiais das entidades;
 - XI - estabelecer o entendimento sobre legislação das entidades abertas de previdência privada;
 - XII - fixar critérios para a posse e o exercício de qualquer cargo de administração, assim como para o exercício de qualquer função em órgãos consultivos, fiscais ou assemelhados em entidades abertas;
 - XIII - corrigir valores monetários expressos na lei ora regulamentada, de acordo com índices de correção, que estiverem em vigor e nas condições que vier a fixar;
 - XIV - opinar sobre a cassação de carta-patente das entidades abertas de previdência privada, antes da remessa do processo ao Ministro da Indústria e do Comércio.
- Parágrafo único - O CNSP delimitará o valor mínimo do capital das entidades abertas de fins lucrativos e o do fundo de constituição das entidades sem fins lucrativos, atualizando-os com a periodicidade mínima de 2 (dois) anos.

Segundo Correa et al. (2004, p. 69):

São atribuições do Conselho Nacional de Seguros Privados, entre outras, estabelecer critérios para a investidura e posse em cargos e funções de órgãos estatutários; editar normas gerais de contabilidade, auditoria, atuaria, e estatística, bem como fixar índices de solvência e liquidez, nos termos do art. 37 da LC n. 109/01.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, dentre as atribuições que lhes é designada, visa regulamentar e fiscalizar as Entidades Abertas de Previdência Privada, quanto a disponibilização dos planos previdenciários, para que haja uma organização e funcionamento de forma ponderada sobre os entes.

2.2.5.2 Superintendência de Seguros Privados

A Superintendência de Seguros Privados - SSP, criada pelo Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, em seu Art. 36, destinava as competências atribuídas a esta entidade autárquica, a de fiscalizar, organizar o funcionamento das operações das Sociedades Seguradoras.

Com a sanção do Decreto nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978, o Art. 8 destacava as competências atribuídas a este órgão:

Art. 8º - Compete à Superintendência de Seguros Privados, na qualidade de órgão executivo e fiscalizador da política de previdência das entidades abertas:

I - processar os pedidos de autorização para constituição, funcionamento, fusão, incorporação, grupamento, transferência de controle e reforma dos estatutos das entidades abertas, opinar sobre tais pedidos, e encaminhá-los ao Ministro da Indústria e do Comércio;

II - baixar instruções relativas à regulamentação das atividades das entidades abertas, e aprovar seus planos de benefícios, de acordo com as diretrizes do CNSP;

III - fiscalizar a execução das normas gerais de contabilidade, atuária e estatística, fixadas pelo CNSP;

IV - fiscalizar as atividades das entidades abertas, inclusive quanto ao exato cumprimento da legislação e das normas em vigor, e aplicar as penalidades cabíveis;

V - proceder à liquidação das entidades abertas que tiverem cassada a autorização para funcionar no País;

VI - estabelecer condições para a posse e para o exercício de quaisquer cargos de administração de entidades abertas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos, fiscais ou assemelhados, segundo normas que forem expedidas pelo CNSP;

VII - autorizar a movimentação e liberação de bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia do capital, das reservas técnicas e dos fundos especiais das entidades abertas de previdência privada;

VIII - proceder à inscrição dos corretores de planos previdenciários, de entidades abertas de previdência privada, fiscalizar-lhes a atividade e aplicar-lhes as penas cabíveis;

IX - promover junto aos Órgãos do poder público, instituições financeiras em geral e sociedades mercantis, as providências necessárias à salvaguarda da inalienabilidade dos bens garantidores do capital, reservas técnicas e fundos especiais das entidades abertas de previdência privada;

X - nomear o Diretor-Fiscal para as entidades abertas de previdência privada, " *ad referendum* " do CNSP.

Portanto, as atividades de regularização, supervisão e fiscalização destina-se a Superintendência de Seguros Privados – SSP, a fim de amparar os consumidores que detenham aplicações em Entidades Abertas de Previdência Privada.

2.3 Tipos de planos

Para a obtenção de planos de previdências privadas, o investidor terá que optar por entidades que disponibilizarão, planos de benefícios de diferentes modalidades.

Conforme Correa et al. (2004, p. 163), “Existem três formas básicas, mas não exaustivas, de plano de benefícios; os planos de contribuição definida, os planos de benefício definido e os planos de contribuição variável”.

Conforme Resolução nº 16, de 22 de novembro de 2005, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, visa a normatização dos “planos de benefícios de caráter previdenciário nas modalidades de benefício definido, contribuição definida e contribuição variável”.

2.3.1 Benefício Definido

Com a adesão da modalidade de benefício definido, o participante saberá o valor que irá receber do benefício, conforme critérios de contribuições aderidos no momento da assinatura do contrato com as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Segundo Martinez (1996, p. 227):

O plano de benefício definido caracteriza-se pelo fato de o valor da prestação ser determinado no momento da adesão do participante ao sistema, com base em formulas de cálculo previstas no Regulamento Básico. Para garanti-lo, o segurador apreende contribuições variáveis no curo do tempo, necessárias para o atendimento das obrigações futuras.

Conforme Ramos (2005, p. 78):

As patrocinadoras tendem a extinguir os planos de benefício definido, que lhes trazem maiores ônus, para transformá-los em planos de contribuição definida, cuja responsabilidade maior compete aos participantes, preservando assim os interesses das patrocinadoras.

Conforme Correa et al. (2004), esta modalidade vem caindo em desuso, em virtude do cálculo tanto do benefício, como das contribuições, ser realizado no momento da adesão, sendo que poderia haver desencontros entre valores estimados inicialmente, em relação ao apurado no final.

Com o passar dos anos, esta modalidade vem desaparecendo, “[...] em virtude dos déficits que tinham de ser cobertos com o aumento do valor da contribuição dos participantes” (CORREA et al., 2004, p. 59).

2.3.2 Contribuição Definida

A contribuição definida apresenta a partir do momento que o participante realizará a adesão ao plano, quanto a contribuição mensal que deverá ser realizada, mas, não saberá o valor do benefício que irá receber.

Conforme Weintraub (2003, p. 82), na contribuição definida:

O participante não sabe qual será seu benefício à época da sua aposentadoria (plano de acumulação de capital, onde o benefício será diretamente proporcional ao que foi acumulado e capitalizado ao longo do tempo). Há uma projeção teórica de um benefício futuro, onde se define uma contribuição que provavelmente atenda às reservas para este benefício, se todas as condições contratuais forem cumpridas.

Para Ramos (2005, p. 79), “[...] denomina-se plano de contribuição definida aquele no qual tanto o valor quanto a periodicidade da contribuição podem ser previamente estipulados, ficando facultado ao participante efetuar contribuições de qualquer valor, a qualquer tempo”.

2.3.3 Contribuição Variável

A Contribuição Variável, define a mistura dos dois tipos de contribuições, tanto a Contribuição Definida, bem como o Benefício Definido, sendo que não há uma contribuição mensal definida, tampouco um valor de benefício que irá receber no futuro.

Para Ramos (2005, p. 80), “[...] nos planos de contribuição variável, antes denominados mistos, as prestações podem ser programadas, submetidas ao regime de contribuição definida, e não-programadas, logicamente submetidas ao regime de benefício definido”.

Ainda segundo Ramos (2005), deve-se verificar e analisar os planos disponibilizados para posteriormente, identificar as vantagens e desvantagens por eles propostos.

Para Martinez (2003, p. 68), “Planos de contribuição variável são aqueles que tendem para a obtenção de benefício previamente decantado e, para tanto, flexionam a contribuição no curso do período contributivo”.

A modalidade de contribuição variável destaca a análise de cada plano, para possível escolha do que lhe traga risco financeiro menor.

2.3.4 Plano Gerador de Benefício Livre

A aplicação de recursos em um Plano Gerador de Benefício Livre – PGDL, visa a contribuição variável, por parte do participante, aplicando os recursos, conforme prazo contratado, em fundos de investimentos para a obtenção do benefício previdenciário no futuro. A obtenção do resgate desta aplicação poderá ser de forma integral, mensal vitalícia ou por prazo determinado, não sendo necessário no momento do início da aposentadoria pelo Instituto Nacional de Serviço Social – INSS.

Conforme Correa et al. (2004, p. 165):

O participante pode contratar as seguintes rendas mensais: renda mensal vitalícia; renda mensal temporária; renda mensal vitalícia com prazo mínimo garantido; renda mensal vitalícia reversível ao beneficiário indicado e renda mensal vitalícia reversível ao cônjuge com continuidade aos menores.

Segundo Martins, Martins (2006, p. 220):

É o Plano Gerador de Benefício Livre (PGDL), quando, durante o período de diferimento, a remuneração da provisão matemática de benefícios a conceder for baseada na rentabilidade da(s) carteira(s) de investimentos de FIE(s), no(s) qual(is) esteja aplicada a totalidade dos respectivos recursos,

sem garantia de remuneração mínima e de atualização de valores e sempre estruturados na modalidade de contribuição variável.

Conforme Weintraub (2003), a opção pela adesão ao Plano Gerador de Benefício Livre, beneficia ao investidor em deduzir até o limite de 12% da renda bruta do resgate, nos gastos previdenciários para fins de apuração do cálculo do imposto de renda, sendo que o contribuinte tem a possibilidade do saque dos valores investidos seguindo parâmetros de aplicações convencionais.

2.3.5 Vida Gerador de Benefício Livre

A Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, visa a segurança do contribuinte no momento em que vier a se aposentar ou falecer, disponibilizando o valor do benefício ao beneficiário indicado, sendo que, conforme critérios do contrato, se o contribuinte vier a sobreviver ao tempo estipulado pelo plano, receberá os valores definidos em contrato.

O Plano Vida Gerador de Benefício Livre, visa compor uma reserva, referente as contribuições realizadas pelo segurado, em fundos de investimento. Uma parte atenderá ao beneficiário indicado em caso de falecimento, e a outra, se caso o segurado vier a sobreviver, em valores mensais pré-definidos em acordo realizado com a Entidade (WEINTRAUB, 2003).

Conforme a Brasilprev, na aplicação de recursos no Vida Gerador de Benefício Livre, incide a tributação sobre os rendimentos do plano, sendo que a indicação deste investimento terá vantagem, para o contribuinte que realiza a declaração simplificada.

2.4 Benefícios

Os benefícios oferecidos pelos planos de previdência complementar visam agregar a renda devida as situações ocorridas com o contribuinte em momentos de

incapacidade laboral, tendo seus pagamentos realizados conforme contrato do plano adquirido.

Conforme Ramos (2005, p. 80):

Normalmente, os benefícios oferecidos pelas entidades de previdência complementar são:

Aposentadorias – benefícios a serem usufruídos após o período laborativo do participante trabalhador, pagos sob a forma de renda continuada, por longo período ou por toda a sua sobrevida.

Auxílios – correspondem a benefícios pagos por ocasião do acontecimento de algum evento, consubstanciados em pagamento único ou em prestações, por curto período de tempo.

Pensão por morte – benefício a ser pago ao beneficiário/dependente do participante quando do falecimento deste, sob a forma de renda continuada, vitalícia ou não.

O Benefício consiste na realização do pagamento que o contribuinte ou beneficiário tem direito, conforme a entidade pelo qual realizou as contribuições no plano contratado em virtude do acontecimento do fato gerador (WEINTRAUB, 2003).

2.5 Legislação

A primeira legislação criada para Previdência Privada foi a Lei nº 6.435 de 15 de julho de 1977, tendo a regulamentação para as Entidades Abertas de Previdência Complementar descritas no Decreto nº 81.402/78, e das Entidades Fechadas de Previdência Complementar no Decreto nº 81.240/78.

A Lei Complementar nº 108/01, nº 109/01 e Lei nº 11.053, de 29 dezembro de 2004, foi sancionada para revogar a Lei nº 6.435/77.

2.5.1 Lei Complementar Nº 109/ 01

A Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, tem como principal alteração a descrição do papel da Previdência Complementar:

Art. 1º O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, é facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o

benefício, nos termos do caput do art. 202 da Constituição Federal, observado o disposto nesta Lei Complementar.

Conforme a legislação, uma das principais mudanças da Lei, visou na possibilidade do contribuinte de realizar a Portabilidade de seus recursos aplicados em um plano, transferindo o valor de direito acumulado para outro (RAMOS, 2005).

A Legislação também apresentou criação do instituidor, benefício proporcional diferido e de modalidades de contribuição definida nos planos de benefícios.

Segundo Weintraub (2003, p. 109), o instituidor “[...] consiste na pessoa jurídica contratante (com vinculação associativa, profissional, classista ou setorial com os participantes – chamados aqui de membros ou associados)”.

O Benefício Proporcional Garantido, ou *vesting*, destaca o preenchimento de condições parciais para receber o benefício previsto estabelecidos em contrato, de forma que o valor do abono seja reduzido, proporcional (RAMOS, 2005).

2.6 Investimentos/Demanda

Atualmente, a Previdência Privada conta com uma demanda ligada principalmente, com a preocupação em que a população tem, em virtude da situação econômica do qual o Sistema da Previdência Social se encontra, sendo que, os recursos das contribuições, são importantes, pois geram aplicações em atividades nacionais.

Segundo Ramos (2005, p. 24), a Previdência Privada “[...] objetiva ainda proporcionar o aumento da poupança acumulada pelos fundos no país, traduzindo-se em importante fonte de financiamento nacional”.

A preocupação da população no andamento do sistema atual da Previdência Social, deve-se muito, por influências de fatores, como a informalidade que ocorre no mercado de trabalho, onde não há a contribuição para a seguridade, a baixa taxa de fecundidade, aliada ao envelhecimento prolongado da população (RAMOS, 2005).

Segundo dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida – Fenaprevi: as contribuições aos planos abertos de caráter previdenciário cresceram em novembro de 2016 na faixa de 26,06% em relação ao mesmo mês do ano anterior, tendo um acúmulo de aportes no valor de R\$ 11,26 bilhões. A captação líquida, que se refere a diferença entre as contribuições e os pagamentos aos beneficiários, apresentou um saldo positivo de R\$ 6,52 bilhões. O total de pessoas com planos contratados ficou em 12.927.359. Para a escolha do plano que o contribuinte optar, deve-se levar em conta o período pelo qual irá realizar este investimento, em virtude do regime de alíquotas que o mesmo irá pagar de Imposto de Renda, sendo a Progressiva ou Regressiva.

Conforme os recebimentos dos proventos dos fundos da previdência privada vão ocorrendo, no momento da adesão ao plano, o contribuinte poderá optar pela tabela Progressiva de Importo de Renda, onde há a incidência de imposto de renda retido na fonte para posteriormente ser ajustada na declaração anual.

Tabela 2: Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo mensal	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do imposto (R\$)
Até R\$ 1.903,98	-	-
De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65	7,5	142,80
De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05	15,0	354,80
De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68	22,5	636,13
Acima de R\$ 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: BrasilPrev (2017).

Portanto, os resgates irão contar com o desconto de Imposto de renda na fonte, no momento do recebimento dos proventos, sendo que até o valor de R\$ 1.903,98 irão ser isentos, conforme Tabela 2, e no momento do resgate irá ser descontado a alíquota de 15%, sendo possível realizar a compensação deste, na declaração de ajuste anual do imposto de renda (BRASILPREV, 2017)

Aplicações com tabela Progressiva, são recomendadas para investimento a curto prazo, onde a tabela mensal irá influenciar somente em benefícios com rentabilidade maior, sendo que a dedução mensal não irá ocorrer na faixa isenta (BRASILPREV, 2017).

Outra opção que o participante poderá optar, é no regime de Tributação Regressiva, que conta com o desconto do imposto de renda de acordo com o período acumulado para resgate do benefício.

Tabela 3: Tabela Regressiva

Período	Alíquota
Até 2 Anos	35%
2 a 4 Anos	30%
4 a 6 Anos	25%
6 a 8 Anos	20%
8 a 10 Anos	15%
Acima de 10 Anos	10%

Fonte: BrasilPrev (2017).

Segundo a BrasilPrev, a opção pelo regime de tributação Regressiva, leva em conta o perfil de investimento do participante, tendo sua vantagem em aplicações a longo prazo, conforme Tabela 3, onde, quanto maior o tempo de permanência do participante no plano, menor será a alíquota que o mesmo irá deduzir na hora do resgate ou recebimento do benefício.

Para adesão do plano de previdência complementar, as modalidades de planos apresentam dois tipos de taxas, que segundo a BrasilPrev destaca a Taxa de Administração Financeira e a Taxa de Carregamento.

Segundo a BrasilPrev (2017, texto digital), “a Taxa de Administração Financeira é cobrada pela tarefa de administrar o dinheiro do fundo de investimento exclusivo”. E a Taxa de Carregamento é destacada, sendo o “[...] valor pago pelo participante que poderá ser cobrado para fazer face às despesas administrativas e de comercialização” (MARTINS; MARTINS, 2006, p. 221).

Para a projeção da complementação de renda, podemos verificar na Tabela 4, que um contribuinte de 20 anos do sexo masculino, que realiza a declaração de imposto de renda na modalidade completa, onde visa deduzir até 12% da renda para aferição do imposto, realizando o aporte mensal de R\$ 100,00 no plano da modalidade PGBL, com tributação regressiva, terá uma complementação de renda, no momento da aposentadoria, prevista aos 60 anos, no valor de R\$ 571,01. Sendo

que, nos mesmos moldes, alterando o gênero para feminino, podemos verificar na Tabela 5 que a complementação será no valor de R\$ 511,00.

Tabela 4: Simulação PGBL masculino:

The screenshot shows the 'Seus dados' (Your data) section for 'CONTRIBUINTE 2'. The fields are as follows:

- IDADE:** 20
- IDADE DA APOSENTADORIA:** 60
- CONTRIBUIÇÃO MENSAL:** R\$ 100,00
- RENTA ESTIMADA:** R\$ 571,01
- SEXO:** Masculino
- OBJETIVO:** Aposentadoria
- IMPOSTO DE RENDA:** Completo
- INSS:** Sim

On the right, the summary for 'PGBL Regressiva' is displayed:

- O plano indicado para você é o:** PGBL Regressiva
- Sua renda estimada aos 60 anos (renda vitalícia):** R\$ 571,01
- Valor total acumulado:** R\$ 116.106,38
- Contribuição mensal:** R\$ 100,00

A button labeled 'IMPRIMIR SIMULAÇÃO' is located at the bottom right.

Fonte: Bradesco Seguros (2017).

Tabela 5: Simulação PGBL feminino:

The screenshot shows the 'Seus dados' (Your data) section for 'CONTRIBUINTE 1'. The fields are as follows:

- IDADE:** 20
- IDADE DA APOSENTADORIA:** 60
- CONTRIBUIÇÃO MENSAL:** R\$ 100,00
- RENTA ESTIMADA:** R\$ 511,00
- SEXO:** Feminino
- OBJETIVO:** Aposentadoria
- IMPOSTO DE RENDA:** Completo
- INSS:** Sim

On the right, the summary for 'PGBL Regressiva' is displayed:

- O plano indicado para você é o:** PGBL Regressiva
- Sua renda estimada aos 60 anos (renda vitalícia):** R\$ 511,00
- Valor total acumulado:** R\$ 116.106,38
- Contribuição mensal:** R\$ 100,00

A button labeled 'IMPRIMIR SIMULAÇÃO' is located at the bottom right.

Fonte: Bradesco Seguros (2017).

Portanto, podemos verificar que o gênero feminino, em virtude de sua expectativa de vida ao nascer, ser maior perante ao masculino, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acaba influenciando no valor vitalício do benefício concedido ao contribuinte.

2.7 Planejamento Financeiro

Para atingir aos objetivos propostos em uma empresa, o planejamento financeiro serve como um guia, estabelecendo diretrizes para orientar, coordenar e controlar, tendo seu processo iniciado com planos financeiros de longo prazo, para posteriormente, haver a formalização de planos de curto prazo (GITMAN; MADURA, 2003).

Portanto, conforme Ross, Westerfiel e Jaffe (1995), avaliam o planejamento financeiro de suma importância, tanto em empresas, como em famílias, em virtude de ser um mapa que demonstra os caminhos a serem guiados, coordenados e controlados nas ações realizadas. Ainda segundo os autores, a definição do planejamento financeiro traduz no processo de conduzir e acompanhar as diretrizes das mudanças, podendo ocorrer a revisão, quando houver necessidade, de metas estabelecidas, antevendo as possibilidades de investimento, a situação do endividamento e a quantia disponível de dinheiro, para obter a rentabilidade e crescimento esperados.

2.8 Planejamento Financeiro Pessoal

Podemos destacar, conforme os autores Cherobim e Espejo (2010, p. 29), que o “planejamento financeiro pessoal é a explicitação das formas como vamos viabilizar os recursos necessários para atingir nossos objetivos”. Sendo assim, ainda segundo os autores, para se iniciar um planejamento financeiro pessoal, o primeiro passo é traçar um planejamento estratégico que visa alcançar os objetivos e metas estabelecidas de acordo com que cada pessoa definiu, tendo influência nestas

escolhas, as características pessoais, a composição estrutural da família, e o momento da vida em que o indivíduo se encontra.

Para que o indivíduo atinja a satisfação pessoal, o planejamento financeiro auxilia para que consiga gerenciar seus recursos disponíveis (MACEDO JUNIOR, 2010).

Para a obtenção do planejamento familiar, temos que destacar que o indivíduo deve realizar objetivos de curto prazo, que segundo os autores Rocha e Vergili (2007), visam ocorrer em até um ano, e objetivos a longo prazo, que para se concretizarem, acabam levando mais de um ano (ROCHA; VERGILI, 2007).

Para se obter um padrão de vida de acordo com os mesmos moldes de quando o contribuinte estava na ativa, os rendimentos devam compreender entre 70% e 80% do período ativo do segurado, visto que, as despesas, principalmente com filhos, financiamentos imobiliários e da manutenção familiar, acabem não ocorrendo mais (CHEROBIM; ESPEJO; PALUDO, 2010).

Portanto, para que o indivíduo alcance seus objetivos propostos, o primeiro passo que para uma vida financeira tranquila, é a realização do orçamento pessoal, conseqüentemente, planejando suas finanças e se mantendo disciplinado com as metas estabelecidas (CHEROBIM; ESPEJO, 2010).

2.9 Educação Financeira

A educação financeira se tornou indispensável aos indivíduos que prospectam investir seu dinheiro a fim de obter um retorno positivo, tornando-a um auxílio no que diz respeito a controle de sua renda, e definição de como poupar e investi-la.

Conforme Barros (2009), a lacuna da não citação do assunto “finanças pessoais” nas escolas, torna os adultos, indivíduos com dificuldades de gerir suas finanças, impedindo que seja preparado de forma adequada, em virtude deste tema estar tão presente no cotidiano de uma pessoa economicamente ativa.

Para se tomar boas decisões financeiras, a busca por conhecimentos para gerir suas finanças de forma coerente, faz com que o indivíduo busque através da educação financeira a forma correta para gerenciar seus recursos disponíveis (LIZOTE; SIMAS; LANA, 2012).

Podemos verificar que com o passar dos anos, a população realizou investimentos em boa parte de ativos financeiros disponibilizados no mercado, onde segundo Savoia, Saito e Santana (2007), ao longo dos anos, o estado vem transferindo algumas responsabilidades aos indivíduos, sendo que, a formação de uma poupança previdenciária é uma delas, estimulando a população a adesão em planos previdenciários complementares, conforme Emenda Constitucional nº 5, de 1998.

Portanto, a educação financeira se tornou importante aos indivíduos que querem obter conhecimento em questões financeiras, mesmo para aqueles que já possuem algum plano de aposentadoria, acabam tendo que disponibilizar do seu tempo, a busca por conhecimento em questões relacionadas a impostos sobre os rendimentos, seguros, gerenciamento dos créditos pessoais, hipotecas e uma série de fatores financeiros que fazem parte do cotidiano familiar atual (HANNA; HILL E PERDUE *apud* DUARTE, 2012).

Para que os jovens desenvolvam a capacidade de lidar com suas finanças, o ensino nas escolas se torna importante, para a utilização no cotidiano das finanças familiares, afetadas por uso, muitas vezes, inconsequente de cartões de crédito, comércio eletrônico, entre outros (HITE *et al. apud* BRAIDO, 2014).

2.10 Tipos de Investimento

O tipo de investimento que o investidor realiza, visa a aplicação de recursos para uma aposentadoria mais tranquila, dependendo sempre da idade pelo qual o indivíduo iniciará a poupar e investir. A aplicação de recursos em investimentos de renda variável, sendo estes o com maiores riscos, são indicados aos jovens, e para os de renda fixa, aos que estão mais próximos de se aposentar (CHEROBIM; ESPEJO; PALUDO, 2010, GITMAN; JOEHNK, 2005).

Para a classificação dos investimentos, os produtos ofertados geralmente se dividem-se em duas categorias: renda fixa, onde Governo e empresas emitem títulos e renda variável, que visa o investimento em ações (MACEDO JUNIOR, 2007).

Conforme quadro 1, podemos destacar as características de alguns tipos de investimentos disponibilizados pelo mercado financeiro.

Quadro 1 – Tipos de Investimento

Tipo de Investimento	Características	Autores
Poupança	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento sem incidência de imposto de renda ou taxa de administração - Em virtude do seu rendimento perder para a inflação, não é indicado para futura complementação da aposentadoria 	MEGLIORINI; VALLIN, (2012) LUQUET (2001)
Títulos Públicos	<ul style="list-style-type: none"> - São títulos comercializados por meio do Tesouro Direto, através do Governo Federal e que têm renda fixa, tendo sua classificação em títulos com remuneração pré-fixadas e pós fixadas. - Uma das principais vantagens, é a segurança que este investimento traz, sendo o Governo o garantidor desta aplicação. E conta com rentabilidade frente a outros investimentos, bastante competitiva. 	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (2014) SEGUNDO FILHO (2003) MACEDO JUNIOR (2010)
Previdência privada complementar aberta	<ul style="list-style-type: none"> - Para regulamentação e fiscalização das entidades abertas de previdência complementar, ficam a cargo do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. - Os principais planos disponibilizados são: O Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). - A adesão ao Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), beneficia ao investidor em deduzir até o limite de 12% dos aportes na renda tributável, sendo que no resgate incidirá o imposto sobre o valor aplicado somado os rendimentos. - Na adesão do plano Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), incidirá a tributação sobre os rendimentos do plano, sendo que a indicação deste investimento terá vantagem, para o contribuinte que realiza a declaração simplificada, pois não permite deduzir na declaração anual do imposto sobre a renda. - Para este tipo de investimento, são acrescidas taxas de administração e carregamento. 	BANCO DO BRASIL (2017) WEINTRAUB (2003) LUQUET (2001) CHEROBIM; ESPEJO; PALUDO (2010)

Tipo de Investimento	Características	Autores
Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Quanto ao capital social de uma companhia ou sociedade por ações, a ação é a menor parte, sendo um título patrimonial de quem realiza este investimento, concedendo direitos e deveres de um sócio. - Para o acionista, a retorno do investimento se dá a partir da distribuição de dividendos e bonificações da companhia. Considerando que é um mercado de renda variável, estas ações podem sofrer variações em sua valorização e desvalorização em decorrência do mercado que a companhia atua, ou até mesmo ao risco econômico. - Por ser um investimento de renda variável, as ações tendem a ser um bom investimento a longo prazo para complementação da aposentadoria, bonificando o investidor por se tratar de um investimento de maior risco em relação a renda fixa. 	<p>COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (2014)</p> <p>LUQUET (2001)</p>

Fonte: Adaptado de Dietrich e Braido (2016, p. 34-35).

Na renda fixa, a aplicação que o investidor realizou, visa o empréstimo ao seu emissor, sendo que este pagará no vencimento do título, os juros referentes ao período do empréstimo. Na renda variável, a compra de ações proporciona ao investidor a propriedade de parte da empresa, sendo esta remunerada através dos lucros que ela proporcionou, proporcionalmente a quantia de ações que foi negociada (MACEDO JUNIOR, 2007).

Para a menção dos produtos que são ofertados no mercado financeiro, foi levado em conta somente os citados no presente estudo, sendo que existem diversos outros disponibilizados no mercado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método tem por objetivo determinar como e com que será realizada a presente pesquisa. É o caminho que será adotado para a realização da pesquisa através da escolha do método de abordagem e dos instrumentos técnicos utilizados.

“Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 1999, p. 26).

3.1 Tipo de pesquisa

3.1.1 Quanto aos objetivos

Os tipos de pesquisa que devem ser utilizadas são a exploratória e descritiva, que segundo Gil (2012, p. 27), a exploratória “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Já a descritiva objetiva descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2008).

Neste trabalho, a pesquisa exploratória e descritiva buscou identificar a adesão dos graduandos da Univates em um plano previdenciário complementar, identificando, aos que não aderiram a um plano os principais investimentos que os mesmos estão realizando.

3.1.2 Quanto a natureza da abordagem

A pesquisa quantitativa, ela é caracterizada por empregar instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Esta abordagem não é tão profunda na busca de conhecimento da realidade dos fatos, uma vez que ela se preocupa com o comportamento dos acontecimentos de maneira geral (BEUREN, 2003).

O presente estudo é considerado de caráter apenas quantitativo, considerando que foi realizado inicialmente uma pesquisa exploratória, para posteriormente formular um questionário quantitativo eficiente para chegar no objetivo de pesquisa.

3.1.3 Quanto aos procedimentos técnicos

A pesquisa bibliográfica serviu de base para conhecer o problema, elaborar assim os questionamentos que foram aplicados de maneira exploratória, para, posteriormente, ser realizado o levantamento de campo (*survey*), e assim buscar as informações da adesão dos graduandos da Univates na complementação de renda no momento da aposentadoria.

3.1.4 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2012, p. 50). Ainda segundo Gil (2012) esta pesquisa tem como vantagem uma ampla gama de

fenômenos, muito mais ampla do que as que poderiam ser pesquisadas diretamente, é altamente importante quando requer dados muito amplos.

Segundo Diehl e Tatim (2004) as principais fontes bibliográficas são livros de leitura corrente, livros de referência (dicionários e enciclopédias), publicações periódicas e revistas acadêmicas.

Para a realização da pesquisa bibliográfica, a análise de livro e artigos com base no assunto abordado, foi de suma importância para atingir os objetivos propostos.

3.1.5 Levantamento de campo (*survey*)

O levantamento de campo (*survey*) é basicamente a busca de informações em um grupo de pessoas, interrogando-as diretamente sobre o que deseja se conhecer. Na maior parte dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes da população estudada, mas sim com uma parte da população, usando como amostra (GIL, 2012).

A pesquisa de campo, deu-se diretamente com os graduandos da Univates.

3.1.6 Unidade de análise/população alvo

Para Diehl e Tatim (2004, p. 64) “população é um conjunto de elementos passíveis de serem mensurados com respeito as variáveis que pretende levantar”.

A população alvo que fez parte deste estudo foram os graduandos da Univates, na cidade de Lajeado, Rio Grande do Sul.

Para Diehl e Tatim (2004, p. 64) “amostra é uma porção ou parcela da população convenientemente selecionada”.

Neste estudo, busca-se abranger uma amostra da população alvo, que no total chega a 8.530 graduandos. Essa amostra foi composta de 249 graduandos da

Univates. Esse número de respondentes evidencia uma representatividade da população alvo de 2,92% do total.

3.1.7 Pré-teste do questionário

O pré-teste visa destacar como se comporta o instrumento da coleta de dados para a apuração dos objetivos. Disponibiliza a verificação e adequação de termos utilizados nas questões, se foram entendidas da forma que deveriam ser, e passível de adequação das questões propostas e aplicação de termos adequados (MATTAR, 2005).

Para o pré-teste, 5 (cinco) graduandos pertencentes à população alvo, foram solicitados ao preenchimento do questionário proposto, para a verificação das questões, se apresentavam clareza, fácil entendimento, e coerentes ao objetivo proposto. Estes questionários também foram considerados na tabulação dos dados.

3.2 Plano de coletas de dados

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 149), “É a etapa da pesquisa que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta de dados previstos”.

Conforme Marconi e Lakatos (2010) para o plano de coleta de dados ser de forma eficaz, deve ser o mais planejado possível, evitando o desperdício de tempo no futuro com a pesquisa de campo, facilitando muito a etapa seguinte. O autor elenca exemplo dos vários procedimentos de realização da coleta de dados, que podem variar com as circunstâncias ou com o tipo de investigação: Coleta documental, observação, entrevista, questionário, formulário, medidas de opiniões e de atitudes, técnicas mercadológicas, testes, sociometria, análise de conteúdo e história de vida.

Para a coleta de dados deste estudo, foi utilizado questionário impresso, conforme Apêndice A, dividido em 3 (três) partes. A primeira parte refere-se à identificação do perfil dos graduandos da Univates, contendo 5 (cinco) questões (1 a 5), visando identificar a idade, o sexo, a renda, o curso que frequenta, e se o graduando contribui para algum plano de Previdência Privada. A segunda parte refere-se aos questionamentos realizados somente aos que responderam que contribuem para algum plano de Previdência Privada, contendo cinco (5) questões (6 a 10), visando identificar as características, modalidades e contribuições que o graduando realiza no plano que adquiriu. A terceira parte refere-se aos questionamentos realizados somente aos que responderam que não contribuem com algum plano de Previdência Privada, contendo cinco (5) questões (11 a 15), visando identificar o motivo pelo qual não aderiu a um plano previdenciário complementar, se acredita que a aposentadoria pela Previdência Social está assegurada, sendo que, se caso tenha respondido que não, identificar na questão seguinte os motivos que o levam a crer que não está assegurada. Outra questão é o tipo de investimento que está realizando para complementar a futura renda, e o motivo pelo qual levaria a adquirir um plano de Previdência Privada. A pesquisa ocorreu no período de 18 de setembro a 06 de outubro de 2017, sendo alguns questionários de forma pessoal, ou seja, aplicando aos graduandos da Univates pessoalmente, e outros entregues aos professores para aplicação com os alunos, ficando o prazo de retirada até o dia 06 de outubro. Após esse prazo, o pesquisador recolheu todos os questionários respondidos com os professores.

3.3 Plano de análise de dados

A pesquisa quantitativa para Malhotra (*apud* CHEMIN, 2015, p. 57) “tem como objetivo quantificar os dados e generalizar os resultados da amostra da população-alvo; normalmente é usada para amostras com grande número de casos representativos”.

Na presente pesquisa, foi realizada a análise dos dados por meio estatístico descritivo, por ser a parte quantitativa da pesquisa. Para a tabulação dos dados, foi

utilizado a planilha eletrônica *Microsoft Excel*, tanto para a elaboração de tabelas, bem como a dos gráficos de barras.

3.4 Limitações do método

Sobre as limitações do método, Vergara (2010, p. 59) diz que “todo método tem possibilidades e limitações”.

Na presente pesquisa, as limitações ocorreram em virtude de nem todos os graduandos da Univates se sentiram à vontade em relatar sobre seus investimentos e adesões aos planos para complementação de renda, ocasionando que algumas pesquisas não foram preenchidas ou estando incompletas, em consequência, não terem sido consideradas na tabulação dos dados.

4 CARACTERIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES

Sem fins lucrativos, e com o intuito de promover a educação, a UNIVATES visa principalmente, disseminar o conhecimento no meio em que está inserida, revertendo todos os seus resultados, em investimentos na instituição e comunidade que está alocada.

Com sede em Lajeado, a UNIVATES tem uma trajetória que se confunde com a história recente do Vale do Taquari. Em 17 de janeiro de 1969, surgiram em Lajeado os primeiros cursos superiores, como extensão da Universidade de Caxias do Sul, passando para uma fundação local em 1972. Em 1997, surge a UNIVATES, com a fusão das duas faculdades então existentes.

Em 1999, a UNIVATES – mantida pela Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (FUVATES) – foi credenciada como Centro Universitário. A autonomia universitária possibilita-lhe traçar suas metas e elaborar as estratégias para, em consonância com as necessidades locais e tendências mundiais, alcançar seu objetivo de geradora e difusora do conhecimento.

No dia 26 de julho de 2017, a instituição da Univates que sempre uniu forças para trazer o ensino superior à região para a qualificação e desenvolvimento das pessoas, recebeu o título de Universidade do Vale do Taquari – Univates.

4.1 Missão

Gerar, mediar e difundir o conhecimento técnico-científico e humanístico, considerando as especificidades e as necessidades da realidade regional, inseridas no contexto universal, com vistas à expansão contínua e equilibrada da qualidade de vida.

4.2 Princípios

Pluralidade, liberdade, autonomia intelectual, natureza comunitária, responsabilidade socioambiental, autossustentabilidade, excelência acadêmica, formação integral, transparência, associativismo, justiça e equidade.

4.3 Visão

Ser uma universidade de impacto social, cultural, econômico e tecnológico.

4.4 Organização em números

Conforme o Setor de Planejamento e Avaliação Institucional, disponível no site da instituição, os dados referentes ao primeiro semestre de 2017 são:

Área construída: 83.800,65 m²

Acervo total da biblioteca: 64.972 obras e 159.891 volumes

Laboratórios, museus e salas especiais: 256

Número total de alunos: 13.595

Número de alunos da Graduação e Sequencial: 8.636

Graduação - Bacharelado: 7.191

Graduação - Licenciatura: 550

Graduação - Superior de Tecnologia: 789

Sequencial: 106
Número de alunos de Pós-Graduação: 838
Lato Sensu (Especialização): 598
Stricto Sensu (Mestrado): 152
Stricto Sensu (Doutorado): 88
Número de alunos dos cursos Técnicos: 1.706
Número de alunos da Educação Continuada: 2.415
Número de pessoas ocupadas: 812
Funcionários Técnicos-administrativos: 593
Estagiários: 57
Bolsistas: 162
Número total de Professores Contratados: 519
Número de professores da Graduação e Sequencial: 385
Número de cursos da Graduação e Sequencial: 46
Graduação - Bacharelado: 30
Graduação - Licenciatura: 5
Graduação - Superior de Tecnologia: 10
Sequencial: 1
Número de cursos de Pós-Graduação: 38
Lato Sensu (Especialização): 30
Stricto Sensu (Mestrado): 5
Stricto Sensu (Doutorado): 3
Cursos Técnicos: 17
Cursos de Educação Continuada: 144
Programas/Projetos de Extensão: 15
Projetos de Pesquisas: 32
Alunos com financiamento (Graduação, Sequencial e Técnicos): 2.224

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo visa apresentar e analisar os dados coletados a fim de atender aos objetivos propostos. O capítulo foi estruturado em três seções, partindo da apresentação do perfil do graduando respondente, as características do plano que o aluno aderiu, e na sequência, aos alunos que não aderiram a um plano previdenciário complementar, a identificação dos motivos e quais investimentos estão realizando para futura complementação de renda.

5.1 Perfil do Graduando

Para caracterizar e conhecer melhor os alunos que participaram da pesquisa, foram elencadas questões para descobrir a idade, sexo, renda, curso que frequenta e se contribuem para algum plano de Previdência Privada.

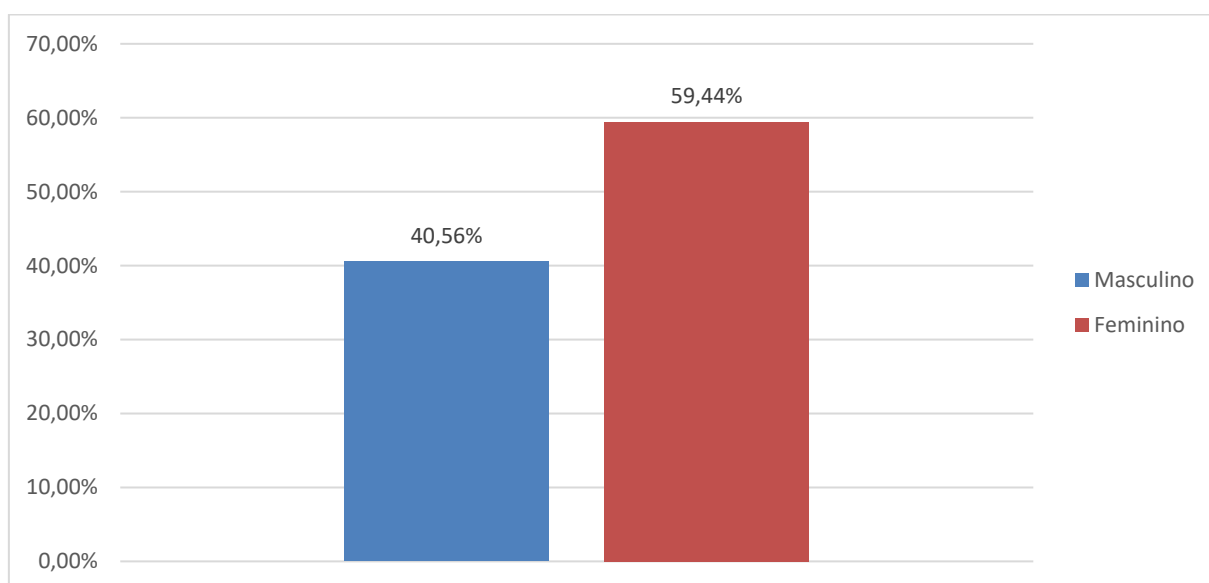
Tabela 6 - Idade

	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Até 18 Anos	47	18,88%	18,88%
19 a 24 Anos	136	54,62%	73,49%
25 a 30 Anos	37	14,86%	88,35%
31 a 36 Anos	16	6,43%	94,78%
Acima de 37 Anos	13	5,22%	100,00%
Total	249	100,00%	

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A Tabela 6 apresenta a faixa etária dos graduandos respondentes. Observa-se que 54,62% têm entre 19 a 24 anos; 18,88%, têm até 18 anos; 14,86%, entre 25 a 30 anos; 6,43%, entre 31 a 36 anos; outros 5,22%, têm acima de 37 anos. Dos 249 graduandos entrevistados, os percentuais revelam a predominância da faixa etária dos respondentes encontram-se entre 19 a 24 anos.

Gráfico 4 - Sexo



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

O Gráfico 4 evidencia que 59,44% dos graduandos entrevistados são do sexo feminino e 40,56% do sexo masculino.

Tabela 7 – Renda

	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Até R\$ 937,00	16	6,43%	6,43%
R\$ 937,01 a R\$ 2.811,00	182	73,09%	79,52%
R\$ 2.811,01 a R\$ 4.685,00	22	8,84%	88,35%
Acima de R\$ 4.685,01	7	2,81%	91,16%
Sem rendimentos no período	22	8,84%	100,00%
Total	249	100,00%	

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A Tabela 7 apresenta a renda dos graduandos no período de aplicação do questionário. Observa-se que 73,09% recebe entre R\$ 937,01 a R\$ 2.811,00;

8,84%, recebe entre R\$ 2.811,01 a R\$ R\$ 4.685,00; 8,84%, estava sem rendimentos no período; 6,43%, recebe até R\$ 937,00; outros 2,81%, recebem acima de R\$ 4.685,01. Os percentuais revelam a predominância da faixa de renda dos graduandos respondentes entre R\$ 937,01 a R\$ 2.811,00. Com o teto previdenciário atual no valor de R\$ 5.531,31, podemos notar que apenas 2,81% dos alunos possuem uma renda próxima ou superior ao teto atual da Previdência Social, sendo esta informação de importante relevância para a verificação da contribuição a um plano previdenciário complementar.

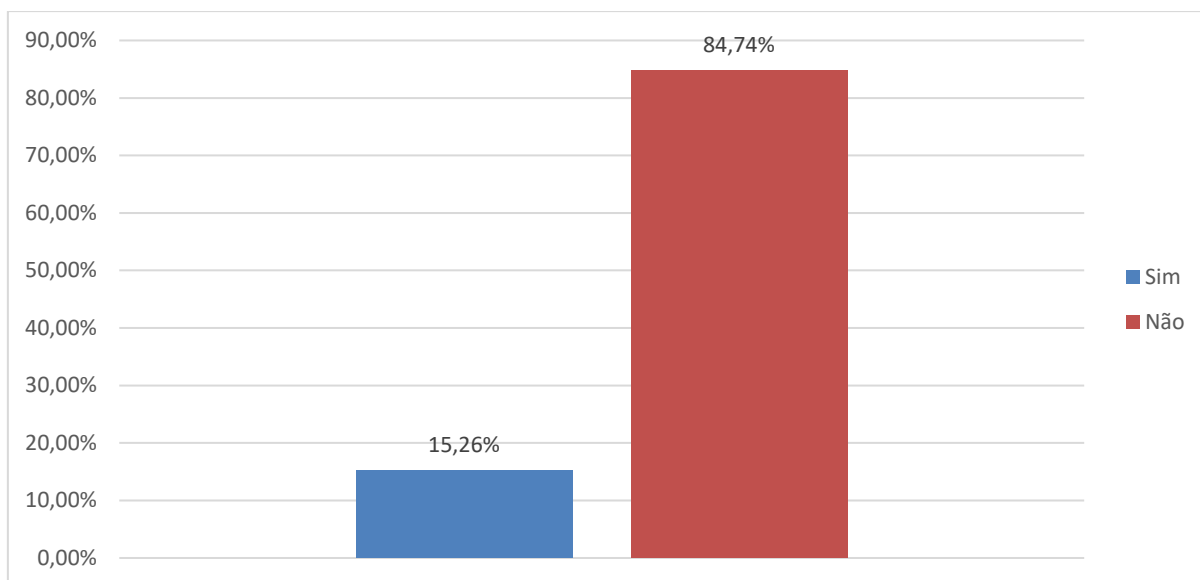
Tabela 8 – Curso que frequenta

	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Ciências Contábeis	109	43,78%	43,78%
Administração de Empresas	45	18,07%	61,85%
Engenharia Civil	44	17,67%	79,52%
Gestão Financeira	15	6,02%	85,54%
Gestão de Micro e Pequenas Empresas	14	5,62%	91,16%
Gestão de Recursos Humanos	9	3,61%	94,78%
Engenharia de Produção	5	2,01%	96,79%
Logística	3	1,20%	97,99%
Nutrição	2	0,80%	98,80%
Relações Internacionais	2	0,80%	99,60%
Engenharia Mecânica	1	0,40%	100,00%
Total	249	100,00%	

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Por meio da Tabela 8, podemos verificar o curso que o graduando está realizando. Percebe-se que o curso de maior abrangência é o de Ciências Contábeis, com 43,78% dos respondentes, seguido por Administração de Empresas (18,08%); Engenharia Civil (17,67%); Gestão Financeira (6,02%); Gestão de Micro e Pequenas Empresas (5,62%); Gestão de Recursos Humanos (3,61%); Engenharia de Produção (2,01%); Logística (1,20%); Nutrição (0,80%); Relações Internacionais (0,80%); Engenharia Mecânica (0,40%). A predominância do curso de Ciências Contábeis se destaca muito em virtude de o autor ser graduando deste curso.

Gráfico 5 – Você contribui para algum plano de Previdência Privada?



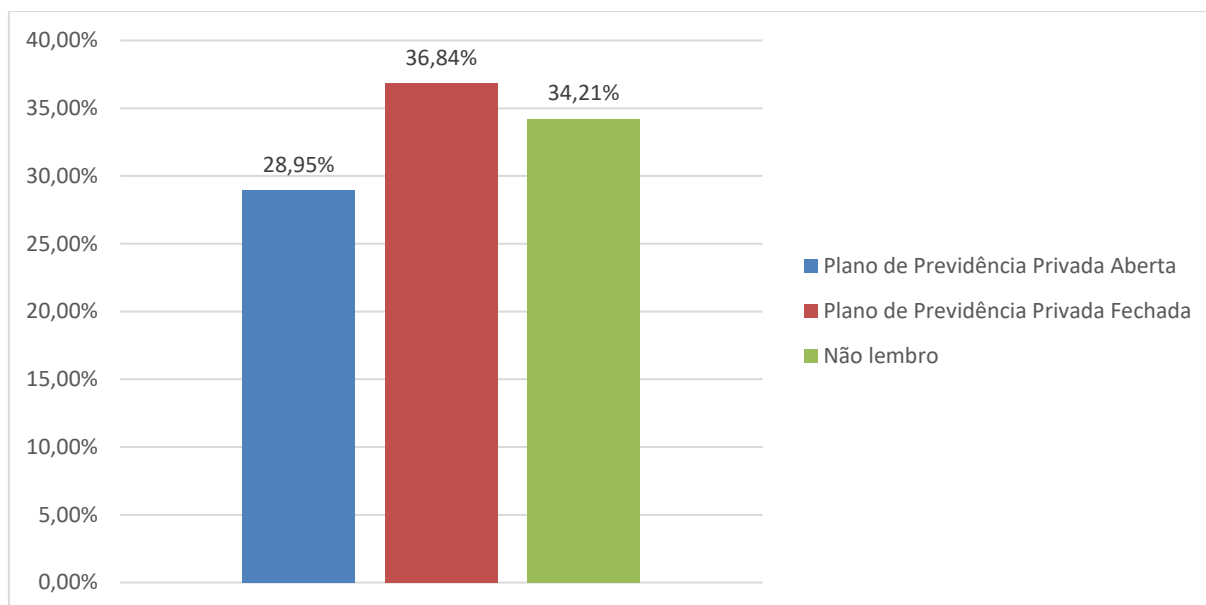
Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

O Gráfico 5 evidencia que 84,74% dos graduandos entrevistados não contribuem para um plano de Previdência Privada, e apenas 15,26% aderiram a futura complementação de renda por meio da adesão de um plano.

5.2 Características do Plano de Previdência Privada

Aos alunos que já aderiram a algum plano de Previdência Privada, foram realizados questionamentos para conhecer as principais características dos planos, buscando assim, comparar as análises realizadas, com base nos autores estudados.

Gráfico 6 – Qual a característica do plano que adquiriu?

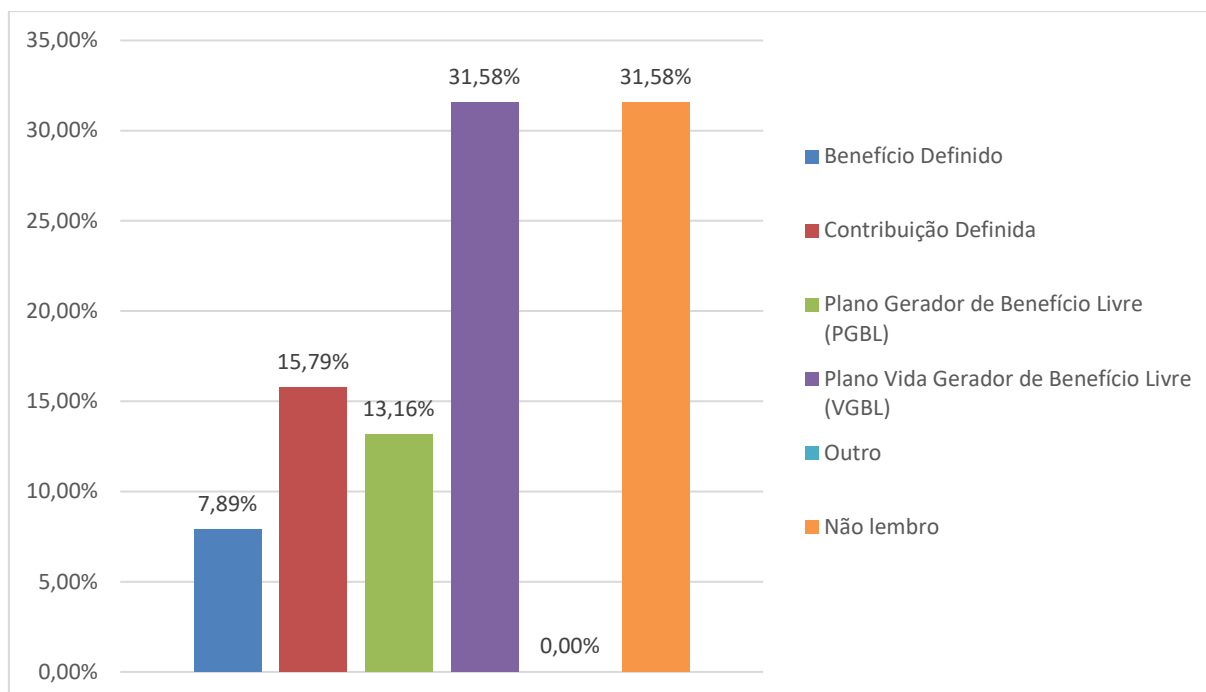


Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Conforme Gráfico 6, 36,84% dos graduandos contribuem para o Plano de Previdência Privada Fechada; 34,21% não lembram do plano que contribuem; 28,95% contribuem para o Plano de Previdência Privada Aberta.

Podemos destacar que Weintraub (2003), cita que na previdência privada fechada, as contribuições das patrocinadoras propiciam uma renda extra na velhice, e geram um incentivo aos empregados, que irão contar com este valor para manter seu padrão de vida no período que estarão inativos.

Gráfico 7 – Qual a modalidade do plano que adquiriu?

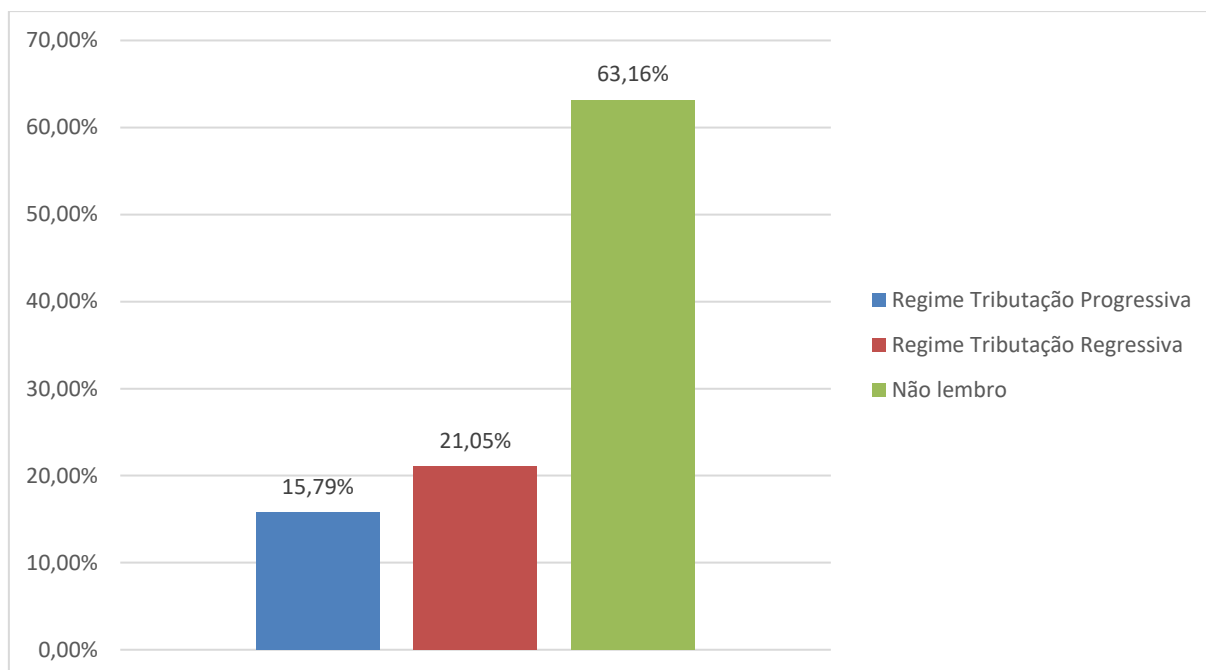


Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

No Gráfico 7, podemos observar a modalidade do plano que o graduando adquiriu, sendo que 31,58% optaram pelo Plano Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL); 31,58% não lembram de qual plano optaram; 15,79% optaram pela Contribuição Definida; 13,16% optaram pelo Plano Gerador de Benefício Livre; 7,89% optaram pelo Benefício Definido.

Segundo Cherobim, Espejo e Paludo (2010) e Weintraub (2003), a adesão ao Plano Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) será vantajoso, para o contribuinte que realiza a declaração simplificada do imposto de renda, pois não permite a dedução na declaração.

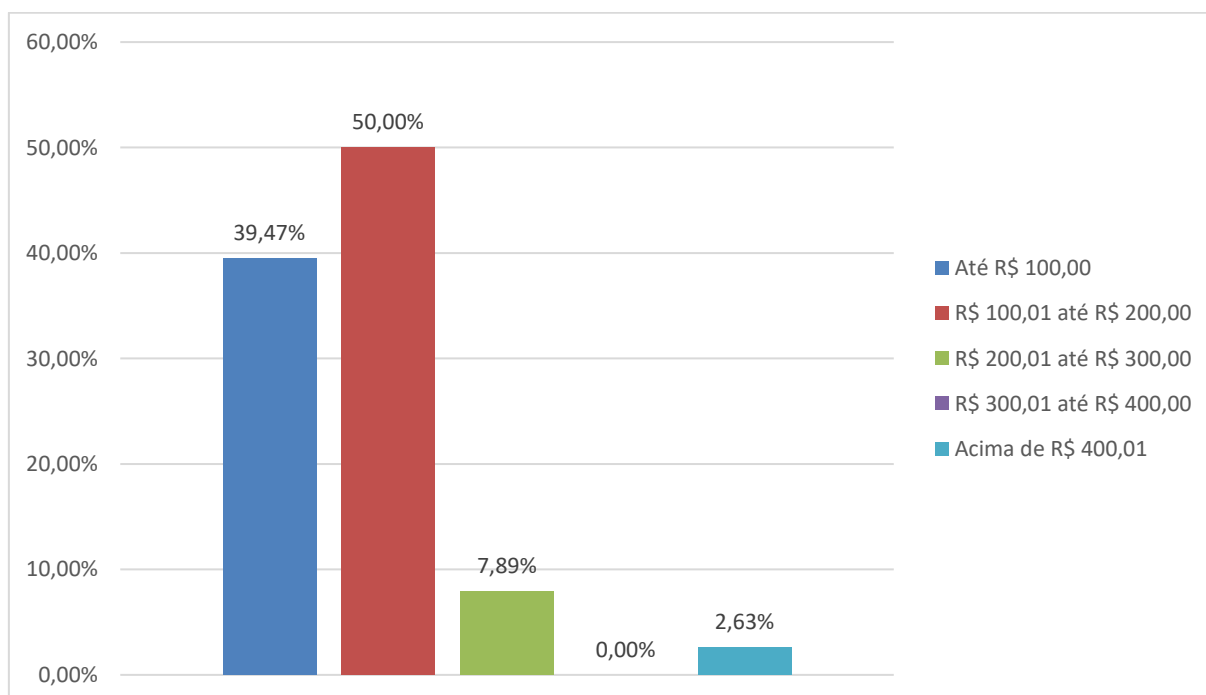
Gráfico 8 – Qual a modalidade de tributação que você optou?



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

O Gráfico 8 apresenta a modalidade de tributação que o graduando optou, sendo que 63,16% não lembram; 21,05% optaram pelo Regime de Tributação Regressiva; 15,79% aderiram ao Regime de Tributação Progressiva.

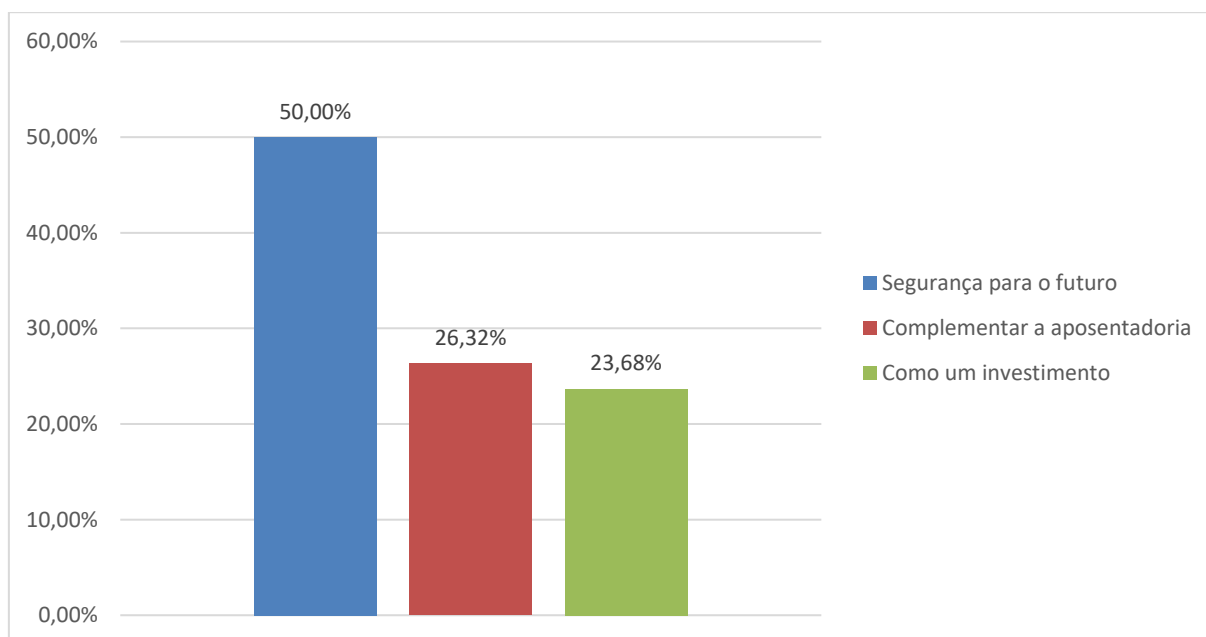
Gráfico 9 – Qual a sua contribuição mensal para o plano?



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Conforme o Gráfico 9, verificamos a faixa de contribuição mensal no plano, sendo que 50,00% contribui mensalmente entre R\$ 100,00 até R\$ 200,00; 39,47% contribuem com até R\$ 100,00; 7,89% contribui entre R\$ 200,01 a R\$ 300,00; 2,63% contribuem com valor acima de R\$ 400,01.

Gráfico 10 – Qual o motivo pelo qual você adquiriu um plano de Previdência Privada?



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

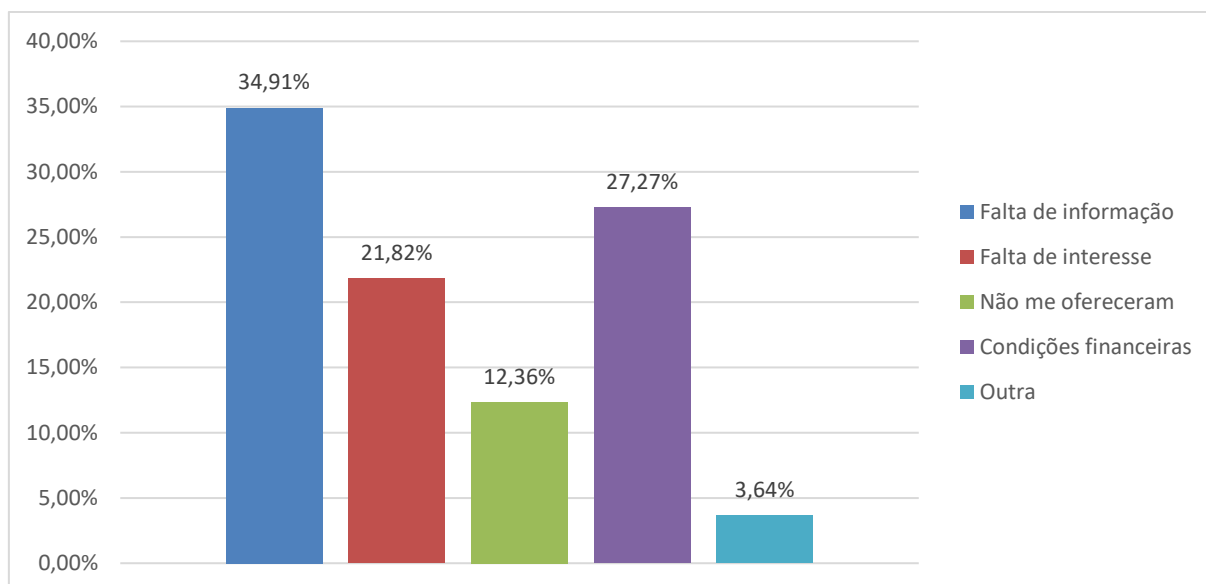
No Gráfico 10, observamos o principal motivo que os graduandos adquiriram o plano, sendo que 50,00% optaram para ter uma segurança para o futuro; 26,32% optaram para complementar a aposentadoria; 23,68% optaram como um investimento.

Para Ramos (2005), a Previdência Privada tem o intuito de gerar uma maior proteção ao indivíduo, a partir da capitalização dos recursos disponíveis, a fim de buscar uma qualidade de vida superior no momento da inatividade do contribuinte, consequentemente, buscando assim, uma segurança econômica para a aposentadoria.

5.3 Questionamentos aos graduandos que não tem um Plano de Previdência Privada

No bloco de questões realizadas aos alunos que não contribuem para um plano previdenciário complementar, buscou-se identificar os motivos por não terem aderido, e principalmente, quais investimentos estão realizando para a complementação da aposentadoria.

Gráfico 11 – Até o momento, por que você não adquiriu um plano de Previdência Privada?



Observação: este gráfico foi realizado considerando 275 respostas válidas.

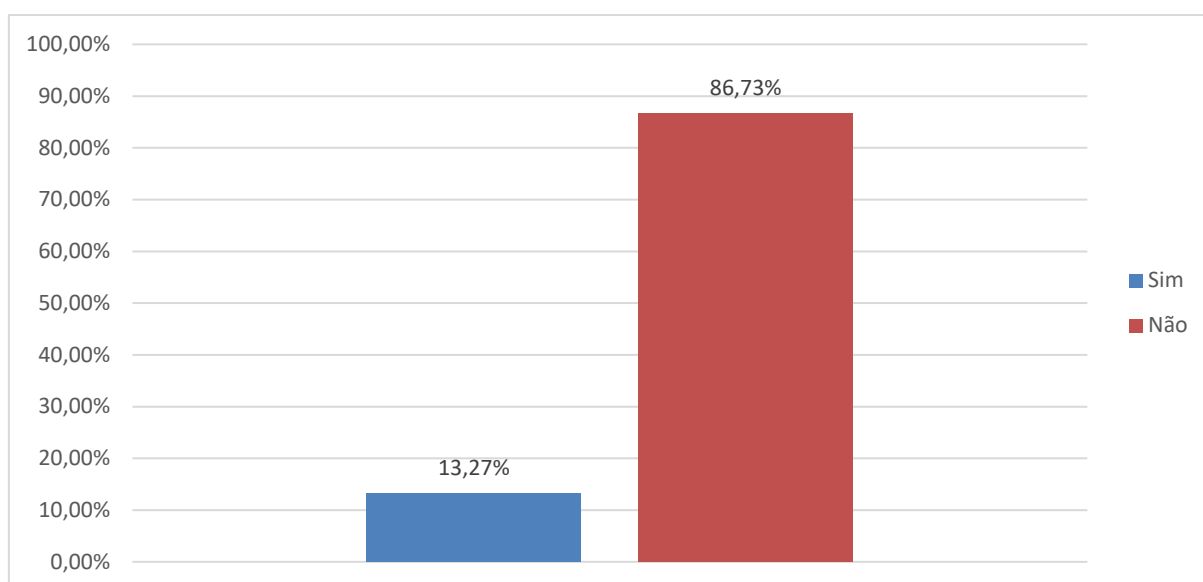
Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

No Gráfico 11, podemos verificar o motivo pelo qual o graduando ainda não adquiriu um plano de Previdência Privada; 34,91% relatam da falta de informação; 27,27% não tem condições financeiras; 21,82% relatam a falta de interesse; 12,36% relataram que nunca lhes ofereceram; 3,64% relataram outros motivos que levaram a não adquirir um plano.

A falta de informação faz com que muitos alunos, acabem não realizando algum investimento para a complementação da aposentadoria, que segundo Barros (2009), sem a abordagem do assunto sobre finanças pessoais nas escolas, acabam tornando os indivíduos, adultos sem a capacidade de lidar com seus recursos

disponíveis, sendo que, o assunto sobre as finanças pessoais, acompanham diariamente o indivíduo ativo, e o conhecimento na área se torna de fundamental importância.

Gráfico 12 – Você acredita que sua aposentadoria está assegurada pela Previdência Social?

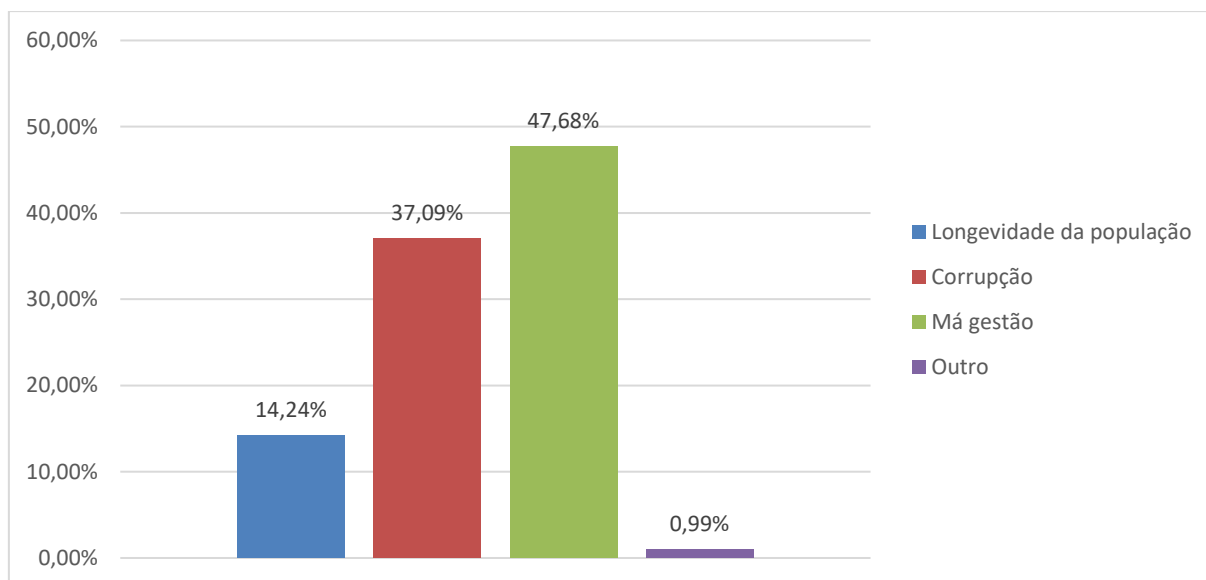


Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Podemos verificar no Gráfico 12, o questionamento realizado, se o graduando acredita que sua aposentadoria está assegurada pela Previdência Social, sendo que 86,73% acreditam que não está assegurada e apenas 13,27% acreditam que sua aposentadoria está assegurada.

Conforme o questionamento realizado aos alunos, a alta indicação que a aposentadoria não está assegurada pela Previdência Social, segue os mesmos indicativos da pesquisa realizada recentemente pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi, 2016) e pelo instituto Ipsos, que mostra que 62% dos entrevistados acreditam que possíveis mudanças na previdência social devem dificultar o pedido de aposentadoria no Brasil, portanto, para se prevenir de uma possível “falência” do sistema atual da seguridade pública, grande parte da população acaba por aderir a um sistema secundário da futura remuneração.

Gráfico 13 – Quais os motivos que levam a crer que não está assegurada?



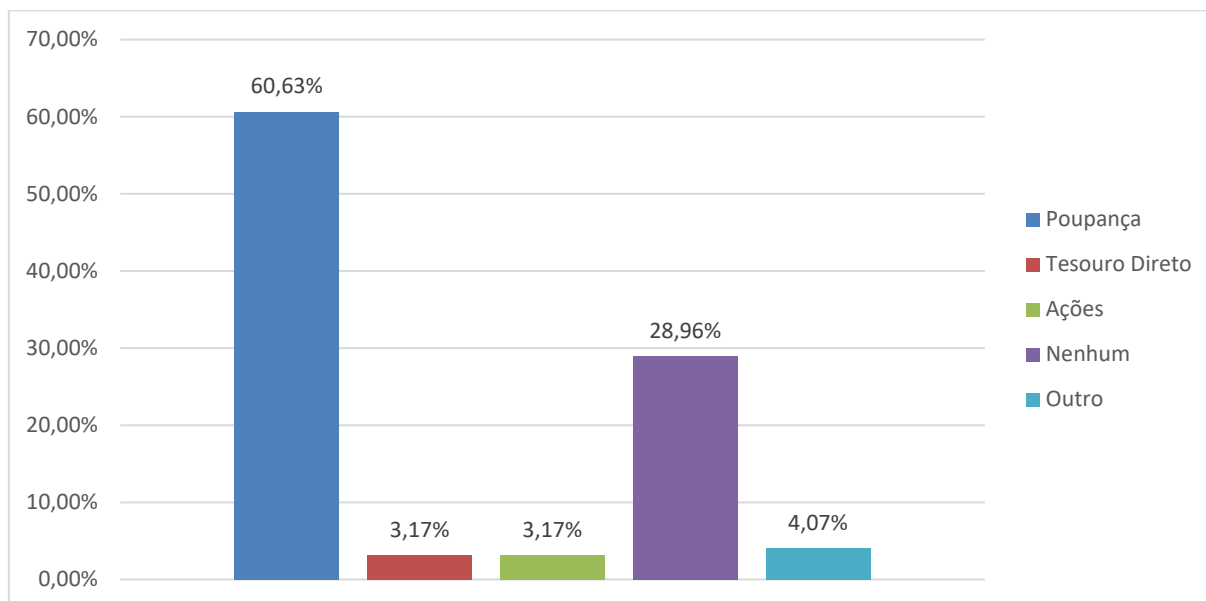
Observação: este gráfico foi realizado considerando 302 respostas válidas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Caso o graduando tenha respondido que não acredita que sua aposentadoria está assegurada pela Previdência Social, conforme o Gráfico 13, ele deveria destacar os motivos pelo qual o levam a crer que ela não está assegurada. 47,68% acreditam ser em virtude da má gestão; 37,09% apontaram a corrupção como motivo; 14,24% acreditam estar ligada a longevidade da população; 0,99% apontaram outros motivos.

Conforme Stephanes (*apud* CASTRO; LAZZARI, 2014), a má gestão é um dos fatores desencadeante e fomentador da atual crise social. Durante muito tempo, o regime atual da seguridade, não serviu para formar a reserva de fundos para o sustento dos benefícios sociais, mas sim, para construir Brasília e outras obras públicas faraônicas. Ainda Netto (*apud* CASTRO; LAZZARI, 2014), relata as razões da crise, sendo elas: estrutural (envelhecimento médio da população); conjuntural (problemas econômico-sociais) e administrativos (desvio de recursos e de má gestão do sistema).

Gráfico 14 – Qual o tipo de investimento que você está realizando para futura complementação de renda?



Observação: este gráfico foi realizado considerando 221 respostas válidas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

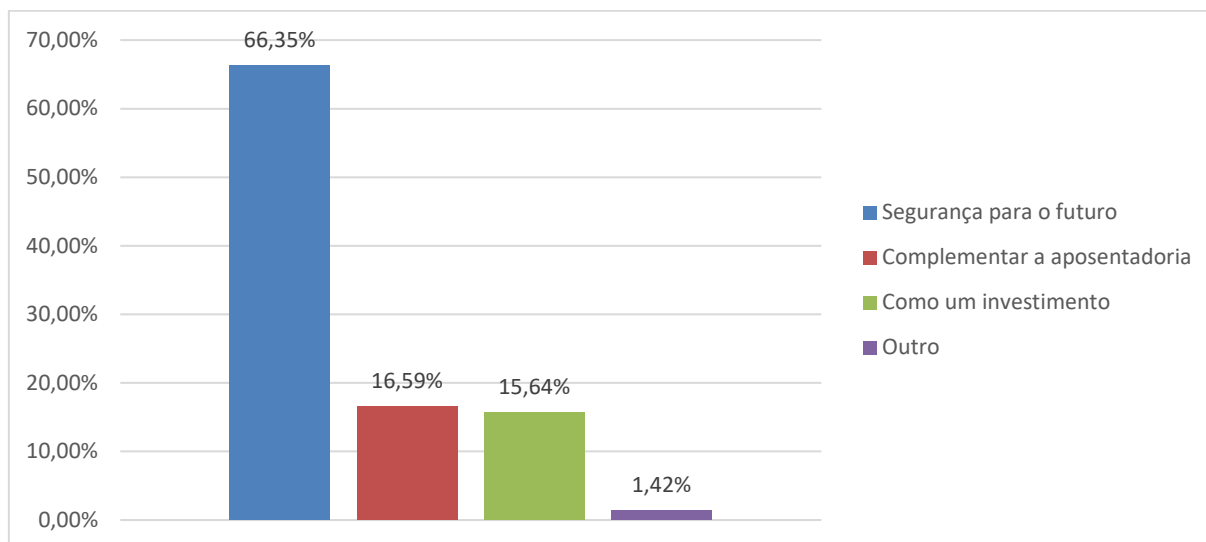
No Gráfico 14 podemos destacar o tipo de investimento que está sendo realizado pelos graduandos que não aderiram a um plano de Previdência Privada. 60,63% optaram para investir seus recursos na caderneta de poupança; 28,96% não realizam nenhum investimento; 4,07% investem realizam outros investimentos; 3,17% investem no tesouro direto; 3,17% optaram em investirem em ações.

Para a questão acima, os alunos deveriam assinalar todos tipos de investimentos que estão realizando. Podemos notar a disparidade da poupança, como sendo o principal deles, onde segundo Megliorini e Vallin (2012), relatam ser um investimento mais simples e tradicional. Esse fato, da maioria dos alunos investir na poupança, demonstra um perfil mais conservador, abrindo mão de um investimento com maior rentabilidade, como em ações, em que Luquet (2001), relata ser uma alternativa mais rentável a longo prazo, demonstrando que os participantes poderiam ser mais eficientes nos investimentos em que estão realizando.

Outro ponto de destaque, é o índice de alunos, que não realizam nenhum tipo de investimento, sendo de 28,96%. Apontando uma visão equivocada dos alunos, em virtude de autores com Cherobim, Espejo e Paludo (2010), Macedo Junior (2010) e Segundo Filho (2003), afirmarem ser de suma importância o planejamento

financeiro para a complementação de renda no futuro, ocorrendo da forma mais breve possível.

Gráfico 15 – Qual o principal motivo que o levaria a adquirir a um plano de Previdência Privada?



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Conforme Gráfico 15, destacamos o principal motivo que levaria o graduando a adquirir um plano de Previdência Privada. Para 66,35% o principal motivo seria para a obter segurança para o futuro; 16,59% optariam para complementar a aposentadoria; 15,64% optariam como um investimento; 1,42% optariam por outros motivos.

Podemos verificar que no mesmo questionamento realizado para os alunos que contribuem para um Plano de Previdência Privada, o principal motivo da adesão aos que não contribuem, seria obter uma segurança no futuro, muito em virtude de 86,73% não acreditarem que a aposentadoria está assegurada pela Previdência Social. Mesmo que se inicie mais tarde o planejamento financeiro para futura complementação de renda, Luquet (2001), relata que para se obter sucesso nos investimentos realizados, o quanto mais cedo iniciar, maior as chances de se obter os resultados esperados.

5.4 Sugestões a partir dos resultados

Através da análise dos resultados obtidos, serão apresentadas sugestões de possíveis melhorias para apreciação.

Para os autores Gitman e Joehnk (2005), Macedo Junior (2010) e Cherobim, Espejo e Paludo (2010), o quanto antes o indivíduo começar a poupar e investir, melhores serão os resultados obtidos a longo prazo.

5.4.1 Educação Financeira

Incentivar a rede pública e privada das escolas, para que a partir das séries iniciais do nível fundamental, os alunos já possam contar com o conhecimento sobre como é realizado uma gestão familiar, sendo que, no ensino médio, os conhecimentos repassados devam ser realizados sobre o planejamento financeiro pessoal, tendo como principais tópicos o gerenciamento de seus recursos, e quais os melhores investimentos para se realizar.

5.4.2 Empresas

Em relação aos benefícios, fazer com que haja uma maior adesão por parte das empresas em aderirem a planos em entidades fechadas de previdência privada, realizando as coparticipações devidas, e assim, possibilitando que isso faça com que haja um incentivo a mais para o empregado, conseqüentemente, gerando uma redução na rotatividade na empresa.

5.4.3 Responsabilidade Social

Incentivar os graduandos que tenham conhecimentos na área de planejamento financeiro pessoal a fazerem parte de programas de voluntariado, tanto em empresas, como fora dela, a realizarem trabalhos didáticos em instituições de acolhimento a menores, para que estes possam contemplar e adquirir o conhecimento necessário para gerir seus recursos.

6 CONCLUSÕES

A atual situação em que se encontra o sistema Previdenciário Social, faz com que atenuamos a busca de complementação da futura renda, a partir de investimentos realizados durante a vida economicamente ativa do contribuinte. As incertezas do atual sistema, em virtude da má gestão dos recursos, o envelhecimento da população aliada a taxa decrescente de fecundidade, faz com que, a preocupação da população em garantir uma renda complementar aumente.

Com a futura renda prospectada apenas pela Previdência Social, os indivíduos que buscam conhecimento em finanças pessoais, e que realizam investimentos dos recursos disponíveis através de um planejamento financeiro pessoal, tendem a ter uma aposentadoria mais tranquila, visto que a complementação gerada pelos investimentos irá trazer uma segurança a mais no momento da inatividade laboral do indivíduo.

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo geral identificar como os graduandos da Universidade do Vale do Taquari - Univates se posicionam em relação à contribuição de plano de previdência complementar para a futura complementação de renda. Ainda, buscou identificar junto aos alunos que não aderiram a algum plano de Previdência Privada, o porquê não o fazem, e quais os tipos de investimento que estão realizando para complementar a aposentadoria.

Para que fosse atendido os objetivos do presente trabalho, aplicou-se a pesquisa a uma amostra de 249 alunos de 11 cursos da Universidade do Vale do Taquari – Univates, do Rio Grande do Sul, nos meses de setembro e outubro de 2017.

Em relação a adesão a um sistema de Previdência Privada, somente 15,26% dos alunos aderiram até o momento a um plano, destacando o principal motivo a segurança para o futuro (50,00%), ficando a complementação para a aposentadoria com somente 26,32%.

Com um alto índice de alunos que não realizam a contribuição para um plano de Previdência Privada, constatou-se que os principais motivos são a falta de informação e condições financeiras, sendo possível deduzir que sem o devido conhecimento sobre finanças pessoais, o indivíduo está menos propenso a realizar um planejamento financeiro.

Conforme pesquisa, 86,73% dos alunos que não contribuem para um plano de Previdência Privada, acreditam que sua aposentadoria não está assegurada pela Previdência Social, sendo o principal motivo a má gestão dos recursos (47,68%), seguido de 37,09% acreditarem que a corrupção irá comprometer o pagamento de sua aposentadoria.

A pesquisa apurou os principais investimentos que os alunos estão realizando para complementar a aposentadoria, sendo a poupança utilizada por 60,63% dos respondentes, seguido de 28,96% que não realizam nenhum investimento, demonstrando uma preocupação em virtude da falta de planejamento financeiro com a aposentadoria.

Diante do exposto, pôde-se concluir da importância do planejamento financeiro pessoal, a fim de se obter no futuro um retorno dos recursos investidos, para complementação da aposentadoria, sendo a educação financeira um assunto que deveria ser abordado, principalmente, em escolas, a fim de instigar o conhecimento por parte dos alunos, em assuntos pessoais financeiros, para tomada de decisões que possibilitem a escolha do melhor investimento para o futuro.

Por fim, em virtude do objetivo do trabalho não ser o de esgotar o tema proposto, a recomendação é de ser realizado um estudo comparativo com pessoas com grau de instrução inferior, podendo assim, analisar e comparar os resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. **Direito Previdenciário**. 5. Ed. Bahia: Juspodvm, 2015.

ANAPP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA PRIVADA. **Previdência Privada no Brasil**. Disponível em: <http://www.anapp.com.br>. Acesso em: 15 mai. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **BCB**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home>. Acesso em 22 mai. 2017.

BARROS, C. A. R. de. **Educação financeira e endividamento**. 2009. Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Escola Superior de Administração, Direito e Economia – ESADE, Porto Alegre, 2009.

BB, **Banco do Brasil**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial#/> Acesso em: 05 set. 2017.

BEUREN, Ilse Maria, et. al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRADESCO SEGUROS. **Previdência**. Disponível em: <http://www.bradescoseguros.com.br/wps/portal/TransforDigital/Site/Inicio>. Acesso em: 25 mai. 2017.

BRAIDO, G. M. **Planejamento Financeiro Pessoal dos alunos de curso da área de Gestão: estudo em uma Instituição de Ensino Superior do Rio Grande do Sul**. Estudo & Debate, Lajeado, v. 21, n. 1, p. 37-58, 2014. Disponível em: www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASILPREV. **Previdência Complementar**. Disponível em: <https://www2.brasilprev.com.br/Paginas/Default.aspx>. Acesso em 25 mai. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001**. Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras

providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp108.htm. Acesso em 05 mai. 2017.

BRASIL. **Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001**. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp109.htm. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D8992.htm. Acesso em: 22 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977**. Dispõe sobre as entidades de previdência privada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6435.htm. Acesso em 24 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre a tributação dos planos de benefício de caráter previdenciário e dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11053.htm. Acesso em: 15 mai. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0073compilado.htm. Acesso em: 15 mai. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978**. Regulamenta a Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada, na parte relativa às entidades abertas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D81402.htm. Acesso em: 15 mai. 2017.

BRASIL. **Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005**. Normatiza os planos de benefícios de caráter previdenciário nas modalidades de benefício definido, contribuição definida e contribuição variável, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/a-previdencia-complementar-fechada/legislacao-especifica-1/resolucoes/resolucoes-cgpc/2005/resolucao-cgpc-no-16-de-22-de-novembro-de-2005.pdf/view>. Acesso em: 26 mai. 2017.

BRASIL. **Ministério da Previdência Social**. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/>. Acesso em 14 mai. 2017.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

CHAN, Betty Lilian; SILVA, Fabiana Lopes da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Fundamentos da previdência complementar**: da atuária à contabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**: planejamento, elaboração e apresentação. 3. ed. Lajeado: UNIVATES, 2015.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci. **O planejamento financeiro pessoal e familiar**. Finanças pessoais: conhecer para enriquecer! São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Ana Paula Mussi Szabo, ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci, PALUDO, Alice Weber. Futuro – Investimentos e previdência privada. **Finanças pessoais**: conhecer para enriquecer! São Paulo: Atlas, 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. **Mercado de valores mobiliários brasileiro**. 3 ed. Rio de Janeiro, 2014. E-book. Disponível em: <<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/>>. Acesso em: 13 out. 2017

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; VILLELA, José Correa. **Previdência privada**: doutrina e comentários a Lei complementar n. 109/01. São Paulo: LTr, 2004.

DIEHL, A.A.; TATIM, D.C. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson, 2004.

DIETRICH, J; BRAIDO, G. M. **Planejamento Financeiro Pessoal para Aposentadoria: Um Estudo com Alunos dos Cursos de Especialização de uma Instituição de Ensino Superior**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 11, n. 2, p. 29-52, Maio-Agosto, 2016. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo_busca=simples&campo%5B%5D=PALAVRACHAVE&texto%5B%5D=Planejamento%20financeiro%20pessoal>. Acesso em: 10 out. 2017.

DUARTE, H. F. O. **A literacia financeira entre alunos de mestrado**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Gestão, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2012.

FENAPREVI. **Federação Nacional de Previdência Privada e Vida**. Disponível em: <http://fenseg.org.br/fenaprevi/home.html>. Acesso em 10 abr. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence J; MADURA, J. **Administração financeira. Uma abordagem gerencial**. São Paulo: Pearson, 2003.

_____. Lawrence J; JOEHNK, Michel D. **Princípios de investimentos**. Tradução de Maria Lucia Leite Rosa. 8. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIZOTE, S. A.; SIMAS, J. de; LANAS, J. **Finanças Pessoais: um Estudo Envolvendo os Alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina**. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Anais do IX SEGeT 2012. Resende, 2012.

LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de planejamento da aposentadoria**. São Paulo: Globo, 2001.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

_____. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINEZ, Wladimir Novais. **Primeiras lições de previdência complementar**. São Paulo: LTr, 1996.

MARTINS, Joao Marcos Brito; MARTINS, Lídia de Souza. **1000 perguntas de seguros, previdência privada e capitalização**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. **Administração financeira: uma abordagem brasileira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

PÓVOAS, Manuel Sebastião Soares. **Previdência privada: filosofia, fundamentos técnicos, conceituação jurídica**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2007.

RAMOS, Maria Cibebe de Oliveira. **Os planos de benefícios das entidades de previdência privada**. São Paulo: LTr, 2005.

ROCHA, R. H.; VERGILI, R. **Como esticar seu dinheiro: Fundamentos de educação financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ROSS, S.; WESTERFIELD, R.; JAFFE, J. F. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública, v. 41, n. 6, pp.1121-41, nov./dez. 2007.

SEGUNDO FILHO, José. **Finanças pessoais: invista no seu futuro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

SUSEP – **Superintendência de Seguros Privados**. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/>. Acesso em 01 jun. 2017.

UNIVATES, **Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES**. Disponível em: <<http://www.univates.br/>> Acesso em: 06 set. 2017

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WEINTRAUB, Arthur Braganca de Vasconcellos. **Previdência privada: atual conjuntura e sua função complementar ao regime geral da previdência social**. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

APÊNDICE A – Questionário aos Graduandos da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES no semestre B/2017

Este questionário faz parte do trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Taquari – Univates. O objetivo principal deste estudo é analisar a importância da previdência complementar no momento da aposentadoria. Os respondentes não precisam se identificar e os dados serão avaliados de forma conjunta e não individual.

Parte 1

1. Idade:

☐ até 18 Anos ☐ 19 a 24 Anos ☐ 25 a 30 Anos ☐ 31 a 36 Anos ☐ Acima de 37 Anos

2. Sexo:

☐ Masculino ☐ Feminino

3. Renda:

☐ Até R\$ 937,00 ☐ R\$ 937,01 a R\$ 2.811,00 ☐ R\$ 2.811,01 a R\$ 4.685,00 ☐ Acima de R\$ 4.685,01
☐ Sem rendimentos no período.

4. Curso que frequenta: _____

5. Você contribui para algum plano de Previdência Privada?

☐ Sim - **Caso sua resposta seja “Sim” responda somente as questões da Parte 2**
☐ Não - **Caso sua resposta seja “Não” responda somente as questões da Parte 3**

Parte 2

6. Qual a característica do plano que adquiriu:

☐ Plano de Previdência Privada Aberta
☐ Plano de Previdência Privada Fechada
☐ Não lembro

7. Qual a modalidade do plano que adquiriu:

☐ Benefício Definido
☐ Contribuição Definida
☐ Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL)
☐ Plano Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)
☐ Outro. Qual _____

☐ Não lembro

8. Qual a modalidade de tributação que você optou:

☐ Regime Tributação Progressiva

☐ Regime Tributação Regressiva

☐ Não lembro

9. Qual a sua contribuição mensal para o plano:

☐ Até R\$ 100,00 ☐ R\$ 100,01 até R\$ 200,00 ☐ R\$ 200,01 até R\$ 300,00 ☐ R\$ 300,01 até R\$ 400,00

☐ Acima de R\$ 400,01

10. Qual o motivo pelo qual você adquiriu um plano de Previdência Privada:

(Marque apenas uma das alternativas)

☐ Segurança para o futuro ☐ Complementar a aposentadoria ☐ Como um investimento

☐ Outro. Qual _____

Parte 3

11. Até o momento, por que você não adquiriu um plano de Previdência Privada?

(Marque quantas alternativas julgar adequadas)

☐ Falta de informação ☐ Falta de interesse ☐ Não me ofereceram

☐ Condições financeiras ☐ Outra. Qual _____

12. Você acredita que sua aposentadoria está assegurada pela Previdência Social?

☐ Sim - **Caso sua resposta seja “Sim”, pule para a Questão 14**

☐ Não - **Caso sua resposta seja “Não”, prossiga para a Questão 13**

13. Se não, quais os motivos que levam a crer que não está assegurada?

(Marque quantas alternativas julgar adequadas)

☐ Longevidade da população ☐ Corrupção ☐ Má gestão

☐ Outro. Qual _____

14. Qual o tipo de investimento que você está realizando para futura complementação de renda?

(Marque quantas alternativas julgar adequadas)

☐ Poupança ☐ Tesouro Direto ☐ Ações ☐ Nenhum

☐ Outro. Qual _____

15. Qual o principal motivo que o levaria a adquirir a um plano de Previdência Privada?

(Marque apenas uma das alternativas)

- () Segurança para o futuro () Complementar a aposentadoria () Como um investimento
() Outro. Qual _____